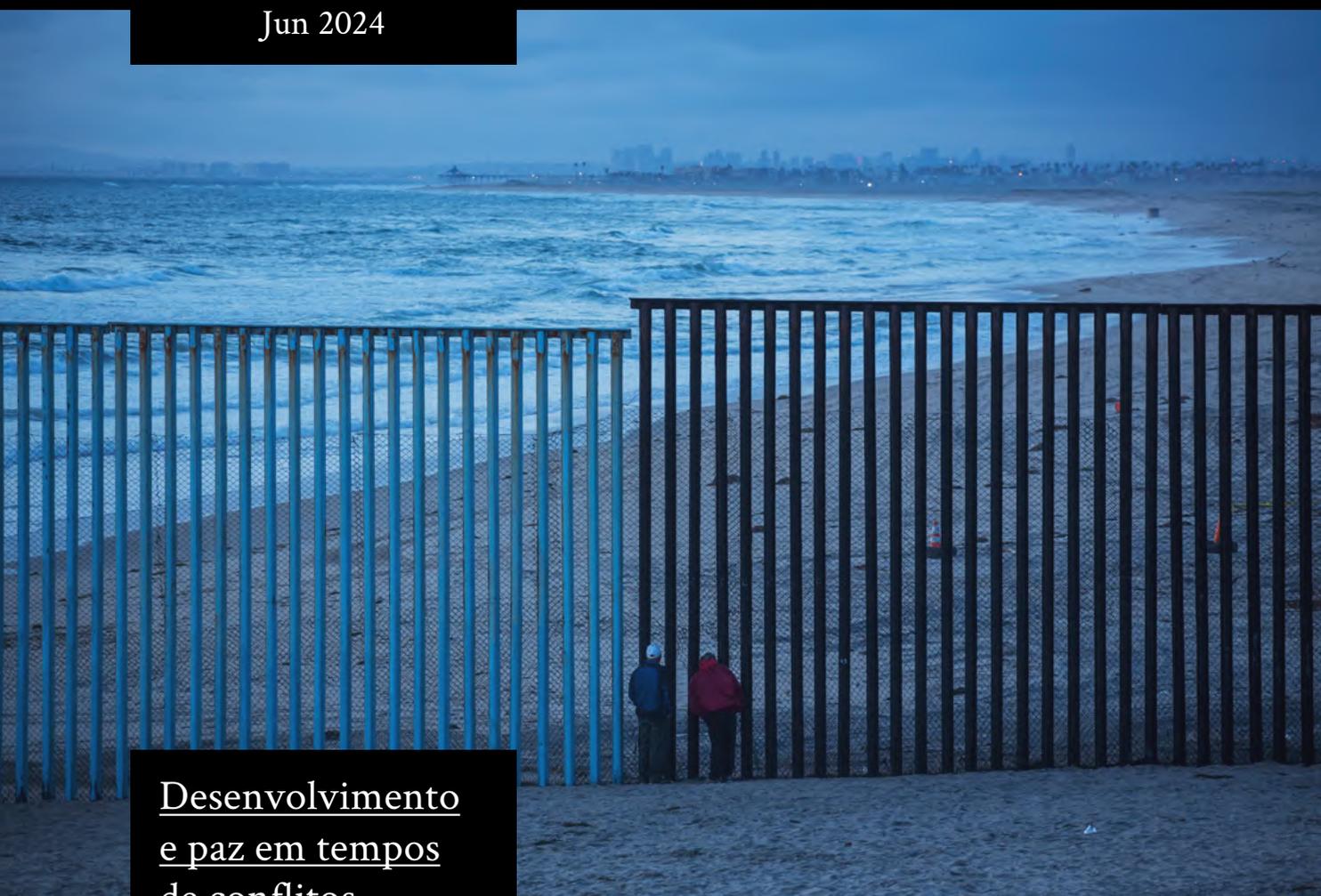


# o mundo crítico

Revista de  
Desenvolvimento  
e Cooperação

n.10  
Jun 2024



Desenvolvimento  
e paz em tempos  
de conflitos

# **] mundo [ crítico [**

Revista de  
Desenvolvimento  
e Cooperação

Perante a crescente polarização e proliferação de conflitos à escala mundial, urge pensar no mundo e procurar soluções conjuntas e caminhos para a paz. A Cooperação para o Desenvolvimento pode ser uma via de diálogo e de acção, assumindo um papel na procura de respostas positivas e construtivas para a promoção da paz e do desenvolvimento sustentável à escala global. Porém, como sublinham Sara De Simone e Pedro Rosa Mendes na *conversa imperfeita* de abertura deste número, não há fórmulas *one size fits all* e é crucial envolver todos os envolvidos, actores formais e informais, no diálogo para a paz e reconciliação e procurar sobretudo soluções a partir de processos endógenos.

Os conflitos actuais, sobretudo os mais mediatizados e com grande impacto global como a guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, têm consequências devastadoras para as suas populações e para os equilíbrios entre regiões. Para além destes conflitos, os focos de tensão e conflitos prolongados noutras partes do mundo, nomeadamente em países africanos, têm também um efeito desestabilizador à escala regional e mundial.

Nesta décima edição da *Mundo Crítico - Revista de Desenvolvimento e Cooperação*, procuramos questionar de que forma os processos de desenvolvimento são afectados pela guerra e pelos conflitos latentes. Questionamos se o “subdesenvolvimento” é, de facto uma ameaça ou se se enraizou uma narrativa de divisão do mundo entre zonas propensas à violência, na periferia do mundo, e zonas de paz, no centro de decisão. E, como tema transversal, surgem as migrações, com a crescente instrumentalização do fenómeno e cedências ao discurso de extrema-direita, sobretudo na União Europeia.

Este número integra ainda uma reflexão sobre o papel das mulheres no diálogo e na acção para a construção de uma paz duradoura, sobre o futuro dos Estados em situação de fragilidade, muitos deles vítimas das alterações climáticas, da pandemia e de “conflitos por procuração” entre diferentes potências, ao estilo da Guerra Fria, e sobre o papel das cidades em zonas de conflito rural, como no caso de Pemba, em Moçambique.

O ensaio fotográfico desta edição percorre os muros (ainda) erguidos em diferentes continentes, do Brasil ao Médio Oriente, e que acentuam a divisão do mundo e de quem tem direito a mover-se. Por fim, num registo mais jornalístico, fala-se dos conflitos relacionados com água e sobre África, negligenciada pelos grandes grupos de notícias.

# Índice

6 / Autores

12 / Conversas  
imperfeitas

Como lidar com as mudanças profundas no mundo nos últimos 20 anos? Leitura do contexto pode ser uma das chaves

*Sara de Simone e Pedro Rosa Mendes*

30 / Saber e  
circunstâncias

Das novas guerras às migrações: o subdesenvolvimento como ameaça?

*José Manuel Pureza, Sílvia Roque e Daniela Nascimento*

42 / Fizeram um deserto

*Domenico Chirico*

47 / Paz e Desenvolvimento: as mulheres no centro da construção e da ação

*Patrícia Magalhães Ferreira*

61 / O futuro dos “Estados frágeis” na “nova guerra fria”

*Habib Urrehman Mayar*

69 / Conflitos armados e desenvolvimento urbano

*Sílvia Amaral*

84 / Modos de ver

Um Mundo de Muros

*Lalo De Almeida*

100 / Narrativas

Conflitos relacionados com a água aumentaram nos últimos anos

*António Rodrigues*

106 / A África que, apesar do desespero, procura soluções

*Francisco Sena Santos*

112 / Ecossistemas gráficos

As dez fases do genocídio

*Rita Mota*

118 / Escaparate

A Ditadura Adaptada ao Século XXI – Como os Novos Tiranos se Reinventaram

*Carlos Sangreman*

120 / A Grande Guerra pela Civilização – A conquista do Médio Oriente

*Ana Filipa Oliveira*

122 / Conselho Editorial

123 / Conselho Consultivo

# Autores

## Conversas imperfeitas



SARA DE SIMONE

Investigadora de pós-doutoramento na Escola Superior de Estudos Avançados de Sant'Anna, em Pisa (Itália). É doutorada em Estudos Africanos e Ciência Política pela Universidade de Nápoles L'Orientale e pela Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Os seus interesses de investigação giram em torno da interacção entre os actores africanos e internacionais em diversas escalas, com destaque para a agência africana e a África Oriental.



PEDRO ROSA MENDES

Investigador em Direitos Humanos e prevenção de conflitos, escritor, ex-jornalista. Autor de ficção, reportagem e ensaio, duas vezes galardoado com o Prémio do PEN Clube Português para o melhor romance. Especialista em reforma do sector de segurança e justiça, direito internacional humanitário e em respostas integradas a situações de deslocamento forçado. Trabalha actualmente para o *Joint Internal Displacement Profiling Service* (JIPS), em Genebra.

AMBER ROBERTS

## Saber e circunstâncias



JOSÉ MANUEL PUREZA

Licenciado em Direito e Doutor em Sociologia, na Universidade de Coimbra. Professor Catedrático de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Sociais, onde dinamizou o Núcleo de Estudos para a Paz. As suas prioridades de pesquisa incluem os Estudos para a Paz, o humanitarismo como ideologia e prática e a dimensão normativa das relações internacionais.



SÍLVIA ROQUE

Professora Auxiliar de Relações Internacionais na Universidade de Évora. Investigadora do Centro de Estudos Sociais/UCoimbra, desde 2008. Doutorada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia/UCoimbra, realizou um mestrado em Estudos Africanos, no ISCTE-IUL. Desde 2005 tem trabalhado em projetos de investigação em Relações Internacionais, em particular na área de Estudos para a Paz e de Estudos Feministas.



DANIELA NASCIMENTO

Professora Associada com Agregação de Relações Internacionais na Universidade de Coimbra (UC). É doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela UC e investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde co-coordena a Linha Temática *Democracia, Justiça e Direitos Humanos*. Os seus interesses de investigação centram-se nos estudos para a paz, perspetivas críticas sobre humanitarismo, direitos humanos, reconstrução pós-conflito.



DOMENICO CHIRICO

Tem trabalhado durante 20 anos para as Nações Unidas e várias ONG em contextos de conflito. Actualmente, trabalha num programa de apoio social de uma fundação privada nas periferias de Roma.

PATRÍCIA MAGALHÃES  
FERREIRA

Consultora em desenvolvimento e cooperação, tem realizado estudos e avaliações nestas áreas, para organizações nacionais e internacionais. Foi investigadora do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e colaborou com o Instituto Marquês de Valle. É Doutorada e Mestre em Estudos Africanos (ISCTE-IUL) e licenciada em Relações Internacionais (ISCSP). É investigadora associada do ISCTE-IUL e autora de dezenas de publicações.



HABIB URREHMAN MAYAR

Secretário Geral Adjunto do Secretariado do g7+, com sede em Díli, Timor-Leste. Desde que ingressou em 2013, ajudou a moldar iniciativas políticas e de defesa para a construção da paz, resiliência e desenvolvimento em Estados em situação de fragilidade. Foi Chefe da Unidade de Coordenação da Ajuda no Ministério das Finanças do Afeganistão e é autor de vários blogues e de um capítulo no *Handbook of Fragile States*.

## Modos de ver



SÍLVIA AMARAL

Viajante, arquitecta especializada em sustentabilidade, urbanismo e projectos humanitários de construção, água e saneamento. Investigadora sobre conflitos armados, urbanização e desenvolvimento sustentável no continente africano. Activista feminista, antifascista e antirracista. Interessada na descolonização da ciência e do conhecimento produzido a partir do Sul Global.



LALO DE ALMEIDA

Lalo de Almeida é um fotógrafo documental brasileiro focado em questões socioambientais, especialmente na região amazónica. O seu trabalho de longo prazo documenta o modelo de ocupação predatória da região, foi premiado no *World Press Photo*, em 2022.

## Narrativas



ANTÓNIO RODRIGUES

Jornalista há mais de 30 anos, pertence actualmente aos quadros do jornal Público, onde escreve sobre muitas coisas, mas principalmente sobre África. Autor da crónica semanal “4 Esquinas”, também conduz, junto com o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, o podcast “Na Terra dos Cacos”, sobre temas africanos.



FRANCISCO SENA SANTOS

Nasceu em Lisboa, em 1957. É jornalista, professor na Escola Superior de Comunicação Social e cronista na Antena1 da RTP, onde é autor da crónica diária *Um Dia no Mundo*. É ainda co-autor dos programas semanais *Antes da Revolução* e *Escala do Clima*, todos no serviço público de rádio e web.

## Ecos gráficos



RITA MOTA

Rita Mota é artista e designer. Desenvolve trabalho artístico nas áreas do desenho e da escrita, trabalhando com narrativas experimentais em banda desenhada e escrita de ficção. Escreve ensaios e crítica em torno de literatura e cinema. Faz parte do coletivo Goteira, que organiza a antologia de banda desenhada *QEQTPE??* (2024). Frequentou o mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes na FLUP.

## Escaparate



CARLOS SANGREMAN

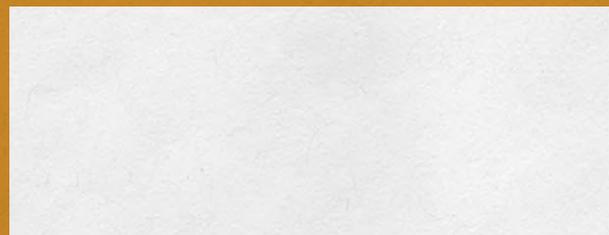
Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsA. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03) e do Fórum do SENECA (1998/03; 2008/12). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.



ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

Conversas  
Imperfeitas



## Como lidar com as mudanças profundas no mundo nos últimos 20 anos? Leitura do contexto pode ser uma das chaves



SARA DE SIMONE



PEDRO ROSA MENDES

AMBER ROBERTS

A investigadora italiana em Estudos Africanos e o especialista em Direitos Humanos, e o especialista em Direitos Humanos e prevenção de conflitos debatem as tensões entre as especificidades dos processos endógenos de formação do Estado e as influências exógenas de apoio, vindas de “actores externos”. Discutem ainda como os conflitos actuais são extremamente contextualizados e não-normativos e a forma como os actores globais, sobretudo no chamado “Norte global”, estão a levar tempo a perceber isso mesmo.

PEDRO ROSA MENDES  
(P.R.M.)

— Trabalho na área do desenvolvimento humanitário transversal para a paz, sobretudo em deslocação forçada, actualmente mais centrado em soluções para os deslocados internos [os chamados IDP – *Internal Displaced People*]. Tenho trabalhado também em questões relacionadas com a reforma do sector da segurança, sobretudo na aplicação da lei pela polícia e no sistema de justiça criminal. Uma nota de rodapé aqui para dizer que isto não tem nada a ver, provavelmente para a maioria dos leitores do *Mundo Crítico*, com o que eu fiz antes, durante a maior parte de 15 anos ou mais, quando eu fazia jornalismo de reportagem na linha da frente e jornalismo de investigação, e que deixei há algum tempo.

SARA DE SIMONE  
(S.D.S.)

— Sou uma investigadora académica; trabalho actualmente na *School of Advanced Studies* em Pisa, mas começarei a trabalhar na Universidade de Trento em Setembro. A minha área de especialização é a dos Estudos Africanos, centrando-me sobretudo na história política africana, em relação com a política internacional. Tenho trabalhado em vários projectos de investigação sobre diferentes temas, mas a maior parte da minha investigação incide sobre as interações entre os actores africanos e internacionais a diferentes escalas, centrando-se na agência dos actores africanos a nível estatal e social. Tenho trabalhado sobretudo na África Oriental, no Sudão e no Sudão do Sul, em particular, mas também no Uganda (com um projeto de investigação sobre refugiados), na Etiópia e, recentemente, tenho investigado a interacção entre conflitos locais e as alterações climáticas na Costa do Marfim.

É o que tenho feito durante a maior parte da minha vida profissional, mas também tive alguma experiência de trabalho como consultora em ONG e agências internacionais de desenvolvimento, principalmente no Sudão do Sul. Este último é o país onde mais trabalhei, porque fiz o meu doutoramento sobre a construção do Estado no Sudão do Sul.

P.R.M.

— Considero particularmente instrumental a triangulação que faz sobre os diferentes níveis de governação e o exercício do poder. O nível nacional, mas presta muita atenção também às dinâmicas a nível local, à governação local. Outro ponto que considero interessante na sua reflexão, porque normalmente é muito compartimentado, é a centralidade das extracções, desde a exploração mineira, no sentido clássico, até às outras formas de extracção de tudo o que são recursos naturais que podem conduzir também a diferentes formas de poder. E depois penso que mencionou uma palavra-chave - *agência* - e a dinâmica entre a agência de grupos e indivíduos e os recursos para exercer essa agência e que é, para mim, muito interessante.

Actualmente, tem estudado o Sudão do Sul como um dos seus países temáticos. Por isso, gostaria de saber como vê a interacção entre um processo endógeno de formação do Estado, grupos e sociedades que evoluem para uma certa coesão que os aproxima de um projecto de soberania política, e esse processo em contraste com influências exógenas e apoio de "actores externos", nomeadamente a comunidade internacional, incluindo multinacionais económicas, por exemplo, em contextos ricos em recursos que também influenciam, moldam e apoiam esses processos de soberania política. E que apoiam também a estruturação da construção do Estado. Como é que vê a evolução dessa dinâmica? Como é que a encara actualmente, também em relação ao que aconteceu há meio século, no sentido das grandes independências em África, na África pós-imperial/pós-colonial?

S.D.S.

— Há uma coisa que é muito importante ter em conta quando começamos a falar de construção e formação de Estados... Estes conceitos vêm da história europeia, que é uma história em que a construção e a formação de Estados andaram juntas, porque era uma altura em que o sistema internacional ainda não estava organizado em Estados-nação. O processo de formação destes Estados e de todo o sistema internacional implicou um grande esforço por parte das elites políticas de cada Estado para estabelecer legitimidade, controlo e relações entre si. A construção e a formação de Estados andavam a par. Este contexto alterou-se profundamente no momento da independência do colonialismo. O sistema internacional já funcionava como um sistema constituído por Estados-nação, e essa era a única forma de participar no sistema.

Por isso, quando falamos de construção e formação do Estado e dos constrangimentos à agência local, há um grande constrangimento que temos de ter em mente – por volta dos anos 60, quando muitos países africanos se tornaram independentes, não havia outra opção para a independência que não fosse o estabelecimento de um Estadonação, porque o sistema funcionava dessa forma. Não havia espaço para diferentes tipos de processos políticos e de autodeterminação que pudessem conduzir a outras formas que não o Estado. Mas isto também implicava uma espécie de separação, a meu ver, dos processos de formação do Estado, porque a construção do Estado acontecia de forma sistemática: era preciso ter certas instituições e procedimentos de trabalho para ser reconhecido como tal, aceite dentro do sistema, e ter acesso às finanças internacionais e a este tipo de coisas. Mas, ao mesmo tempo, havia todo um mundo de dinâmicas políticas no interior desses países que não se desenvolveram a par do processo de construção formal do Estado e que não correspondiam necessariamente às expectativas do Norte global, dos observadores externos, que esperavam que essas áreas se tornassem Estados [como os outros].

Há uma série de processos políticos que basicamente se desviam das expectativas de como um Estado moderno deve funcionar dentro desses Estados. E isso implica processos de acumulação de poder, processos de gestão dos bens públicos, a divisão entre as esferas privada e pública, e todas estas coisas que foram estabelecidas muito lentamente, num período de tempo muito longo, na Europa. São expectativas que nem sequer estão completamente estabelecidas, porque, para ser sincera, há muitos países, incluindo Itália e Portugal, onde tenho a certeza de que há áreas em que as coisas funcionam de facto de uma forma diferente da que deveria ser, de acordo com o tipo ideal de Estado moderno.

Este facto é ainda mais visível nos processos contemporâneos de construção do Estado, no Sudão do Sul ou em Timor-Leste, e noutros casos em que se assistiu a um forte envolvimento de organizações internacionais e agências de desenvolvimento no apoio à criação do Estado e de instituições num período de tempo muito curto, com expectativas muitas vezes irrealistas. Por exemplo, pôr em prática processos orçamentais muito complicados ou eleições num período de tempo muito curto.

E depois há a formação do Estado, que é uma coisa completamente diferente, é muito mais lenta e segue dinâmicas estabelecidas de governação local, que são difíceis de erradicar, de alterar, e não pode obviamente manter o mesmo ritmo que a construção do Estado, especialmente se a construção do Estado é imposta externamente. Durante uma das entrevistas que fiz no Sudão do Sul para a minha investigação de doutoramento sobre esta questão, um funcionário governamental de alto nível disse-me *on the record* “estes doadores disseram-nos: ‘por favor, façam isto! Timor-Leste também está a fazer isto, porque não o fazem também?’. E nós fizemos, porque não? Temos todas estas instituições e temos de ver como as fazer funcionar à nossa maneira, embora não fosse isto que queríamos fazer em primeiro lugar. Isto mostra-nos este tipo de dinâmica e tensão entre a construção e a formação do Estado. Também fala da agência dos actores locais: não é por aceitarem realizar eleições dentro de três anos que

isso significa que essas eleições irão refletir as expectativas de quem as pede à comunidade internacional.

Por isso, gostaria de lhe perguntar sobre esta dinâmica na reforma do sector da segurança, que penso ser uma das áreas normalmente abordadas neste tipo de programas de construção do Estado, porque manter o monopólio da violência e das forças de segurança é extremamente importante para um Estado moderno, mas é extremamente difícil mudar dinâmicas que estão profundamente enraizadas, por exemplo, na militarização de vários pequenos grupos diferentes dentro das sociedades. Dada a sua longa experiência, gostaria de saber a sua opinião sobre este assunto.

P.R.M.

— A reforma do sector da segurança é apresentada como um nicho da cooperação para o desenvolvimento, e devemos ter em conta que surgiu primeiro no âmbito do CAD da OCDE como um novo quadro que remonta de há 20 anos. Há já uma forte externalização de um projecto de mudança no sector da segurança, em relação a muitas dinâmicas, incluindo a economia política do exercício ou o controlo da violência e do exercício da justiça. A parte de tudo o que se relaciona com a governação e o Estado de direito e, portanto, os elementos mais suaves que estão sob a alçada da SSR [sigla em inglês para “reforma do sector da segurança”] é muito mais interessante, na verdade, mas é muitas vezes um exercício frustrante (primeiro na Europa de Leste póscomunista, e depois numa geografia completamente diferente, principalmente na África Subariana e noutros contextos como a América Central). Isto porque parte do pressuposto de que se pode fazer uma reforma com base numa abordagem puramente técnica e numa solução técnica também, fazendo *tabula rasa* e pondo de lado a centralidade da política, até ao nível individual e local. Para mim, isso surgiu como uma primeira desconexão em todos os contextos – e não encontro nenhuma boa excepção bem-sucedida – em que houve uma transição entre a luta armada e os

movimentos de libertação armados para uma entidade independente que depois governou o sector da segurança como parte do aparelho de Estado. Na maior parte dos casos, não se conseguiu ver a continuidade da dinâmica política e de poder de antes para depois da independência, em torno do sector da segurança.

Na verdade, há vários casos tristes dessa incapacidade de leitura que remontam a um passado anterior ao desta abordagem de reforma do sector da segurança. Remonta a 40 ou 50 anos atrás. O que também é interessante sobre a ideia de reforma, numa leitura mais recente destes esforços, é aprender algumas lições e tentar precisamente trabalhar a partir da economia política e ver a segurança como parte de uma conversa mais ampla sobre o exercício do poder, o exercício da agência e o exercício de diferentes formas de responsabilidade entre o Estado e as agências de segurança e os cidadãos.

Essa parte da reforma do sector da segurança é o que eu continuo a achar interessante, incluindo a sobreposição da tentativa de conceber formas responsáveis de aplicação da lei e do Estado de direito, em contextos onde há conflitos contínuos e deslocações em massa (quer internas, quer através das fronteiras internacionais), que são cada vez mais frequentes e em maior escala.

S.D.S.

— Esta forma de abordar a reforma do sector da segurança parece mais interessante e talvez também mais eficaz até certo ponto. Mas eu penso que durante muito tempo, e talvez ainda em alguns contextos, a reforma do sector da segurança é abordada pelos doadores como uma questão técnica, como o Pedro estava a referir, e também como tendo um carácter altamente normativo. Eu questiono esta atitude de propor ou impor este tipo de quadros na construção de instituições, por exemplo, porque o mundo é realmente diferente do que era há 10 ou 15 anos atrás.

P.R.M.

— Sem dúvida.

S.D.S.

— Actualmente, existem muitas opções de saída para os países que simplesmente não querem lidar com este tipo de requisitos. Por exemplo, os países da África Ocidental podem decidir, com relativa facilidade, que não se importam com o que a França pensa que devem fazer com o seu sector de segurança, porque podem recorrer a outros parceiros. Não tenho uma resposta para isto, mas pergunto-me o que devemos fazer com a nossa cooperação internacional ocidental nestes aspectos específicos que são também altamente políticos? Temos estado a lidar com eles desta forma, mas isso não é sustentável, nem mesmo para nós, porque simplesmente não conseguiremos lidar com governos africanos assertivos. Isto também nos leva a outra questão que gostaria de partilhar aqui, que se prende com o facto de haver um número crescente de conflitos em que as partes em conflito estão a violar o direito humanitário internacional. Como é que lidamos com isso? Há alguma coisa que a cooperação internacional possa fazer para manter os canais de comunicação abertos sem legitimar esses actores, mas também sem fechar completamente as portas? Porque o risco é não falarmos com essas pessoas, porque estão a violar completamente o direito humanitário, e depois? Será que essas pessoas se importam com isso?

P.R.M.

— E depois nada. Partilho totalmente essa opinião e é um ponto muito importante, Sara. Quanto à minha formação académica, estou muito ancorado na história e no direito internacional humanitário. Assim, a minha visão do mundo é, para o bem e para o mal, moldada por um forte sentimento de que existe um

corpo de leis, jurisprudência e direito internacional consuetudinário que, para mim, constitui uma base sólida como gramática da decência e da humanidade. E isso é essencialmente normativo, porque há normas que foram difíceis de negociar e que, muitas vezes, tentamos ignorar ou esquecer actualmente. Mesmo os princípios básicos das Convenções de Genebra, os princípios básicos e as revisões básicas foram duramente negociados entre os Estados e isso tem um valor.

Simultaneamente, concordo consigo sobre a visão formalista e estática, que poderíamos dizer puramente normativa, no sentido em que não tem em conta as realidades da economia política e os processos de mudança, que implicam processos de envolvimento e compromisso inteligentes numa negociação. Recordo-me de um rebelde de um país da África Austral que, num contexto político muito adverso de violência política, num espaço não democrático, criou, com colegas e camaradas de longa data dos tempos da luta de libertação, um projecto de construção da paz e de reforma do sector da segurança. A sua primeira regra foi: “É preciso começar com os piores dos maus”. É necessário aceitarmos o desafio, a abertura, o risco, incluindo o risco político de projectar a mudança no tempo, de procurar alianças, de encontrar pontos de entrada (e os pontos de entrada podem ser a nível da comunidade, podem ser a nível local, podem ser com círculos eleitorais como redes de mulheres, por exemplo, ou filiações religiosas)...

São extremamente contextualizados e, nesse sentido, não-normativos e penso que está a demorar muito tempo, certamente para os actores globais no Norte global e nas chamadas agências de desenvolvimento, tanto da ONU como bilaterais, aceitar o que acabou de descrever. O mundo mudou radicalmente, nos últimos 10 ou 15 anos. A natureza dos conflitos é fundamentalmente diferente do que era há 15 anos. Há 20 anos, por exemplo, era impensável ter algo como um movimento armado não estatal, como o Daesh, a controlar vastas áreas do Iraque e da Síria. Os conflitos são também extremamente localizados – são inter e intra-comunitários. A base normativa tem de ter em conta este facto. E concordo

consigo: está a demorar algum tempo a evoluir para um discurso e a aceitar coisas que também se baseiam numa verdadeira propriedade local e nacional, que até agora tem sido, em grande parte, uma questão de discurso.

Para fechar o círculo sobre o que é a utilização do DIH [Direito Internacional Humanitário], por exemplo, como base. Eu metaforizaria com uma citação de uma canção de Leonard Cohen, “*guided by the beauty of our weapons*” (“guiados pela beleza das nossas armas”). Muitos intervenientes no DIH continuam a trabalhar com base na justiça moral, no normativo e dizem “este interveniente não respeita esta ou aquela regra e este interveniente deve ser condenado ao ostracismo” – isso não nos leva a lado nenhum.

Considero mais construtivo e, na verdade, excitante também a nível ético, tentar envolver actores armados não estatais, por exemplo, que não subscreveram nenhuma das normas que constituem os princípios básicos do DIH, que foi negociado e assinado pelos Estados. Devemos ter isso também em mente, envolvermo-nos com actores armados não estatais e encontrar um mínimo de pontos de entrada que possam funcionar com base no seu sentido de legitimidade e não no nosso sentido de quem está certo e quem está errado. Por isso, há muitos esforços no sentido de compreender o conflito no que ele tem de dinâmico a nível local e até comunitário e de encontrar os pontos de conversa para depois trabalhar num processo de mudança de comportamento que não começa, de facto, com uma mudança *normativa*. “Inscreve-se nesta ou naquela convenção?” – isto significa muito pouco.

Voltando à sua palavra-chave no início da sua introdução – *agência* –, estudou também a agência dos refugiados em termos das possibilidades de ancorar a integração local. Sabemos que a maior parte dos deslocados forçados de hoje em dia nunca regressará, por isso, quer se trate de deslocados internos ou de refugiados, haverá situações prolongadas em grande escala com muito poucas possibilidades para aquilo a que ainda se chama a solução preferida do regresso,

que está cada vez mais realisticamente fora de alcance. Por isso, a integração local e as possibilidades de os refugiados e os deslocados internos terem as ferramentas e as condições para se afirmarem como parte de um novo *local* são, para mim, muito interessantes.

Queria ouvi-la, porque fez investigação no Uganda, um dos principais países de acolhimento de refugiados de toda a África Oriental e com um quadro jurídico muito aberto. Como é se que articula aquilo a que chama “bem-estar dos refugiados”? E, se me permite acrescentar uma segunda pergunta, que contrasta com a forma como, especialmente no espaço europeu, a UE, as restrições ao asilo e à migração evoluíram nos últimos 20 anos para uma situação muito triste e miserável. Como é que as lições aprendidas na África Oriental, em termos de um espaço para os refugiados e de integração socioeconómica, contrastam com uma abordagem europeia que fecha todas as vias de participação económica através do trabalho, por exemplo, ou da participação no mercado de trabalho?

S.D.S.

— Escolhi o Uganda precisamente por essa razão e também porque tinha muitos contactos sul-sudaneses que se deslocaram para o Uganda, por causa da guerra no Sudão do Sul. Não quero parecer apologista do regime ugandês, que tem muitos problemas, mas penso que é importante reconhecer que, com todas as suas deficiências, do ponto de vista da forma como geriu o afluxo de refugiados entre 2014 e 2018, pode ser considerado um exemplo virtuoso, porque tinha uma política de portas abertas, o que não é comum. O Uganda tinha uma política em que era reconhecido aos refugiados o direito de circular no país, o direito de trabalharem, o direito de se integrarem, em certa medida, na sociedade. Depois, claro, havia os campos de refugiados: os refugiados podiam optar por viver nesses campos e receber ajuda humanitária, mas também podiam ir viver para as cidades, por exemplo, se assim o desejassem.

Também houve muita corrupção relacionada com este facto, houve muitos escândalos, mas penso que o ponto importante a reter aqui é que o Uganda reconheceu que havia um valor que o país podia explorar ao acolher este elevado número de refugiados. E esse valor provinha tanto da contribuição efectiva dos refugiados para a economia local, como do apoio internacional. Em zonas extremamente deprimidas e remotas do Norte do Uganda, a população duplicou e os mercados explodiram. É claro que houve problemas e tensões locais, por exemplo, no que se refere ao acesso à terra e às rendas que começaram a aumentar, mas mesmo assim as relações entre os refugiados e as comunidades de acolhimento mantiveram-se calmas e até amigáveis. Outro benefício foi o apoio internacional à resposta aos refugiados, que foi, pelo menos em parte, utilizado pelo Governo do Uganda para construir infraestruturas que depois permaneceram no país. Podemos discutir a qualidade dos serviços prestados, que era má, mas penso que temos de reconhecer que foi um modelo que funcionou melhor para as pessoas do que outros na região.

A longo prazo, temos de discutir esta ideia de os refugiados não regressarem. Penso que depende muito, porque há muitos casos em que os refugiados querem de facto regressar, assim que lhes seja possível – foi o caso do Sudão do Sul. Demora talvez 10 anos, mas os refugiados do Sudão do Sul começaram a regressar há dois, três anos, talvez quatro, se quisermos ser optimistas.

É realmente possível manter as pessoas sete anos num campo? Quem é que paga isso? O que acontece a essas pessoas? O cérebro fica destruído: temos toda esta população potencialmente produtiva e fechamo-la num campo sem possibilidade de trabalhar. É muito capital humano que está a ser desperdiçado. Quando falamos de “bem-estar dos refugiados”, em primeiro lugar, é claro, é necessário prestar algum tipo de assistência humanitária porque, em comparação com os migrantes económicos, os refugiados são geralmente pessoas que estão a fugir e, por isso, provavelmente não planearam a deslocalização com antecedência, podem não deter grande capital económico para investir, podem

não ter capital social, ao passo que os migrantes económicos geralmente têm pelo menos algum capital, que podem utilizar para apoiar a experiência de migração. É necessário prestar assistência imediata a essas pessoas, mas também é necessário proporcionar-lhes um ambiente propício ao trabalho e à participação em funções sociais básicas, como a educação e os cuidados de saúde, que, no final, contribuem para algum tipo de integração. Depois, as pessoas poderão decidir se querem regressar ou se querem ficar, mas a experiência diz-nos que as pessoas que fugiram das suas casas querem regressar.

Isto leva-nos a toda a questão sobre o verdadeiro problema no Norte Global. O verdadeiro problema é que não temos vias legais de migração, especialmente na União Europeia. Se as pessoas querem estar aqui, têm de o fazer ilegalmente e tentar fazer valer o direito de asilo, mesmo quando as provas são muitas vezes inventadas ou não são suficientes, porque essa é a única forma. Penso que, nesse caso, talvez a distinção entre migrantes e refugiados seja menos significativa, porque se um refugiado tem os meios e a capacidade para chegar à Europa, isso significa que deve ter tido algum tipo de capital, que foi completamente dissipado durante a viagem, e as pessoas chegam à Europa destroçadas como seres humanos, porque são sujeitas a condições desumanas durante um período muito longo. E dissiparam o seu capital económico, porque tiveram de pagar milhares de euros para fazer a viagem, quando podiam simplesmente pagar um bilhete de avião e utilizar o seu capital económico para arrendar um quarto e encontrar um emprego, como fazem os italianos quando se mudam para a Alemanha ou para o Reino Unido.

P.R.M.

— E quando os portugueses se mudam para França, Suíça e Alemanha. Só para terminar com uma nota: o fechar de todas as portas possíveis é mais do que política. Acho que é uma mentalidade triste e radicalizada que está desligada... Mesmo uma leitura de primeira linha de referências básicas sobre estudos de migração dir-nos-á que, durante provavelmente mais de 20 anos, as políticas de migração da UE e dos Estados europeus têm sido consistentemente piores, mais fechadas e mais conservadoras. A política tem estado desligada da realidade e é cada vez mais imune, não apenas alheia, mas imune a qualquer sentido.

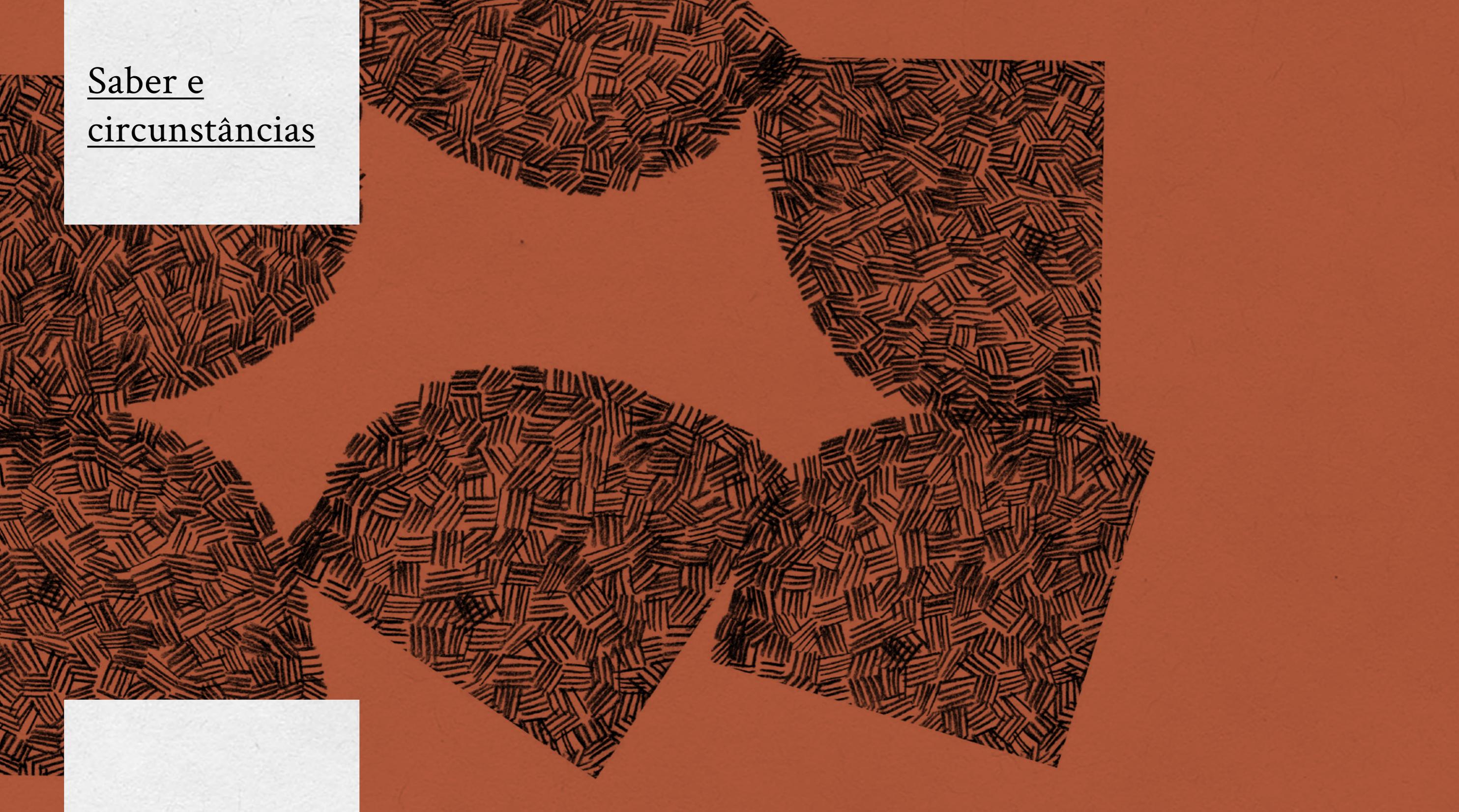
Eu usaria o título do recente livro de Hein de Haas, que é um especialista holandês em migração, um dos meus preferidos (o livro foi publicado há poucos meses e está traduzido em português) precisamente sobre "*Como funciona a migração*" e ele tenta desmontar as pobres ideias que depois se enquadram no asilo, mas também nas políticas de migração na UE, e que, como ele diz, não estão relacionadas com a economia, a humanidade ou a moralidade, na base puramente do interesse. E o cinismo é espantoso. Como referiu, e gostaria apenas de sublinhar, a migração em si é um empreendimento dispendioso. Por isso, ao contrário de muita da "opinião pública dominante", certamente na Europa de hoje, os migrantes que chegam são, de certa forma, os que têm mais recursos na origem, porque a esmagadora maioria (85-90%) da migração africana acontece dentro do continente e, na sua maioria, dentro da mesma sub-região, seja a África Ocidental, a África Oriental ou a África Austral. Existe um desfasamento entre as políticas e a realidade que, provavelmente, se aproxima da necessidade de uma narrativa ou de um discurso mais consistente, mais corajoso, mas também mais inteligente, para ajudar a desmantelar este tipo de opinião dominante sobre os princípios básicos do funcionamento da migração e sobre o que deve ser a base e a coerência dos fundamentos do asilo que aplicamos no Sul global.

S.D.S.

— Se me é permitido acrescentar uma questão para fechar este tema, penso que é muito importante compreender como funciona a migração. Mas grande parte da política que se desenvolveu em torno da migração nos últimos 30 anos veio das entranhas das pessoas. Não se trata de saber mais, mas sim de uma situação em que o capitalismo neoliberal aumentou as desigualdades nos países europeus. A política começou a procurar bodes expiatórios para esse facto, por não assumir responsabilidades. E, claro, os migrantes são o melhor bode expiatório de sempre, porque não têm direitos e esta é provavelmente uma das razões pelas quais também não estamos a legalizar mais, porque existe esta perspectiva ideológica. Se legalizarmos, teremos pessoas menos vulneráveis e não podemos estar sempre a fazer delas bode expiatório com este nível de impunidade.

Este é o problema de fazer políticas mais ligadas à realidade e que também respondam ao facto de haver um declínio demográfico na Europa, de haver necessidade de mão de obra, de força de trabalho na Europa. No meio disto tudo, há a realidade e as políticas que têm interesse em parar e manipular a identidade e este tipo de discursos em torno da migração para os seus próprios fins, para poderem servir de bode expiatório pelo facto de a qualidade de vida na Europa ter vindo a diminuir cada vez mais nos últimos 30 anos e de a desigualdade ter disparado.

Saber e  
circunstâncias



# Das novas guerras às migrações: o subdesenvolvimento como ameaça?

JOSÉ MANUEL PUREZA, SÍLVIA ROQUE E DANIELA NASCIMENTO  
INVESTIGADORES NO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“**‘Subdesenvolvimento’ tornou-se símbolo de poor governance e essa suposta característica endémica foi associada a riscos sistémicos para a segurança dos países centrais. O binómio desenvolvimento-segurança passou, assim, a constituir o núcleo das políticas de relacionamento entre centro e periferia.**”

## Introdução

O ‘subdesenvolvimento’ foi sempre uma categoria conceptual com um pendor prescritivo e hierarquizador cujo significado oscila entre o ‘ainda não’ e o ‘nunca’ por referência a um padrão próprio do centro do sistema-mundo. Num registo ou no outro, o que sempre esteve em causa no binómio subdesenvolvimento-desenvolvimento foi uma relação de poder entre o centro e a periferia. A colonialidade foi a marca mais forte dessa relação, desqualificando quer a condição das periferias quer as políticas localmente desenhadas em vista do ganho de posicionamentos mais fortes e autónomos no sistema de relações internacionais. Nas últimas décadas, a noção de subdesenvolvimento foi sujeita a uma ressignificação, no quadro do programa hegemónico de promoção da paz liberal, associando o dito mundo ‘subdesenvolvido’ com a inviabilidade da sua conversão aos códigos da estatalidade moderna. ‘Subdesenvolvimento’ tornou-se símbolo de *poor governance* e essa suposta característica endémica foi associada a riscos sistémicos para a segurança dos países centrais. O binómio desenvolvimento-segurança passou, assim, a constituir o núcleo das políticas de relacionamento entre centro e periferia. Neste artigo, assumimos uma perspetiva crítica relativamente à forma como as questões do desenvolvimento - incluindo políticas e estratégias de cooperação e ajuda ao desenvolvimento - têm sido moldadas por lógicas de segurança, tidas como benéficas para as sociedades em que são implementadas essas políticas. Argumentamos que esta interligação acaba por alimentar e reproduzir lógicas de poder que cumprem as agendas dos doadores, ao invés de beneficiar as populações desfavorecidas ou de se traduzir em mudanças estruturais nos contextos locais.

## O subdesenvolvimento como ameaça à segurança?

Na década de 1990, instituiu-se um paradigma de intervenção internacional que se convencionou chamar, na academia, como paradigma da paz liberal, traduzido na Agenda para a Paz proposta pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

(ONU) em 1992. Contudo, a promessa emancipatória de uma paz considerada como um processo estrutural e cultural de combate às desigualdades, às injustiças e às discriminações, não teve as consequências políticas esperadas. Para entendermos a atual configuração da securitização do desenvolvimento conformada pelo chamado “triplo nexos” (humanitarismo-paz-desenvolvimento), é necessário recuar algumas décadas para entendermos o processo de formação desse aparente consenso na aplicação de receitas para a estabilização da ordem internacional assente na assunção de que o subdesenvolvimento local é gerador de conflitos e de violência que ameaçam a segurança e a estabilidade internacional.

Nesta época, vários estudos se centraram na novidade das características das guerras contemporâneas: teriam uma natureza predominantemente intraestatal, assentes em dinâmicas de privatização da violência e de erosão da soberania dos Estados; seriam mais violentas e dirigidas sobretudo contra a população civil; seriam motivadas por razões identitárias, culturais e religiosas, e diluiriam as distinções modernas entre política e economia, público e privado, com a multiplicação de atores internacionais e transnacionais implicados; ao mesmo tempo seriam acompanhadas por uma crescente “informalidade” e criminalização da economia que as sustenta (Kaldor, 1999). No entanto, várias leituras críticas apontam problemas associados ao pensamento sobre as “novas guerras” que alguns chegaram a classificar como pré-modernas, bárbaras e irracionais (Kaplan, 1994). Desde logo a própria ideia de “novidade”: esta assunção revela um viés eurocêntrico (Chan, 2011) e historicamente pouco denso (Kalyvas, 2001), tornando excepcionais traços que fazem parte recorrente das guerras (Kalyvas, 2001; Duffield e Waddell, 2006). Assim, a distinção entre “novas guerras”, guerras tidas como “criminosas, despolitizadas, privadas, predatórias”, onde o uso da violência é “sem sentido e gratuito” ao contrário das “velhas guerras civis”/internas, consideradas “ideológicas, políticas, coletivas, e até nobres”, em busca de “mudanças sociais”, e “disciplinadas” (Kalyvas, 2001:100-102) não é comprovada em muitos sentidos: sempre existiram guerras extremamente violentas que afetaram a população civil (Kalyvas, 2001: 114; Chan, 2011:5); sempre existiram guerras intraestatais e nelas participaram entidades que não os Estados (Duffield e Waddell, 2006). A grande diferença residiu na atenção que lhes começou a ser dada, a qual acabou por apagar uma genealogia das guerras, das suas condições

históricas e continuidade com outras guerras (Chan, 2011). Também a representação das causas das guerras acabou por contribuir definitivamente para diferenciar as novas guerras das periferias das velhas guerras centrais, através de um critério de legitimidade que tem origem nas percepções sobre o que é considerado político. Como consequência da maior visibilidade das guerras internas e da percepção simplista em torno das suas causas, originou-se uma progressiva despolitização e criminalização da violência coletiva que conduziu ao enraizamento de uma divisão do mundo entre zonas propensas à violência (Das e Kleinamn, 2000) e zonas de paz; passando o Sul global a ser visto como fonte de “instabilidade internacional”, “de conflitos, de atividade criminal e de terrorismo” e simultaneamente o “subdesenvolvimento” visto como “perigoso” (Duffield, 2001: 2), conduzindo à aceitação incontestada das virtudes de uma receita de paz liberal (Duffield e Waddell, 2006: 13-14).

É também neste contexto que se multiplicam as análises que têm como referência central a noção de Estado “falhado” (Rotberg, 2003) aplicado, sobretudo, a contextos africanos. Uma grande parte da literatura a este respeito contribuiu para a consolidação das representações das periferias como lugares de caos, desgovernança e violência autoinfligida, alimentando vários problemas. Em primeiro lugar, a banalização do conceito e a sua utilização enquanto categoria *a priori* para definir as periferias e partindo do princípio de que existe um modelo ou uma concretização de Estado universal. Em segundo lugar, pela leitura orientada pela negativa (o que falta ao Estado), olhando eventuais fenómenos de colapso como desvios, anomalias e novidades de uma ordem interestatal normal, e secundarizando leituras que colocam a ênfase nas dinâmicas históricas e coloniais, que são social e politicamente situadas e que se focam na normalidade de diferentes configurações políticas, económicas e sociais (Chabal e Daloz, 1999). Em terceiro lugar, pela internalização das causas e ausência de análise do papel do internacional, nomeadamente das políticas de *statebuilding*, no processo de configuração violenta da organização social, económica e política das sociedades. Os Estados “fortes” e as organizações internacionais seriam os principais responsáveis pela garantia da paz, segurança e ordem, perpetuando a divisão e a relação hierárquica entre a esfera internacional e a nacional (local). A obliteração da violência do internacional e a reificação das causas da violência no local centra-se num conjunto amplo, e não necessariamente

coerente ou centralizado, de mecanismos dirigidos às periferias e margens do internacional, supostamente destinadas a eliminar, controlar ou prevenir a violência, idealizadas e implementadas pelos vários atores que compõem o amplo espaço de um sistema de governação global, o qual se tem constituído através de o discurso legitimador da paz liberal. É neste contexto que surge a ilusão do triplo nexos.

## Os dois triplos nexos

A hegemonia conquistada pelo programa de paz liberal para as periferias turbulentas do sistema mundial traduziu-se numa intensificação qualitativa do intervencionismo internacional nessas periferias, gerando intervenções complexas guiadas por modelos de “boa governação” padronizados pelos fornecedores de ajuda humanitária e de ajuda ao desenvolvimento. O núcleo desse intervencionismo foi o composto integrado de humanitarismo, paz e desenvolvimento. Tratou-se, na verdade, de um triplo nexos (Nascimento e Pureza, 2024: 4), na exata medida em que essas políticas integradas incluíram cada um daqueles três componentes como um instrumento de realização dos outros dois. O cimento programático deste triplo nexos foi o que Oliver Richmond (2005: 57) designou por “mantra da liberalização política e económica”, ou seja, um programa, apontado ao médio e longo prazo, de democracia liberal, de reforma económica neoliberal e de combinação entre segurança do Estado e segurança humana das populações. Na verdade, este programa assente na conformação das periferias turbulentas com aqueles padrões de boa governação interna, foi sempre expressão de um intenso intervencionismo internacional apontado à “pacificação pela liberalização económica e política” (Paris, 1999: 55).

Pela sua amplitude, a implementação do triplo nexos humanitarismo-paz-desenvolvimento teve custos políticos e materiais de grande monta. Não é um acaso que a forma política deste intervencionismo liberal tenha sido cunhada por David Chandler como “império em negação”. A importância de expressões como “parcerias” ou “empoderamento local” no vocabulário do intervencionismo liberal dão conta dessa sua natureza política. Nas palavras de Chandler, “o império está em negação não porque não regule



GUERRA E PAZ, DE CANDIDO PORTINARI; CRÉDITOS: DR

**“ Como consequência da maior visibilidade das guerras internas e da percepção simplista em torno das suas causas, originou-se uma progressiva despolitização e criminalização da violência coletiva que conduziu ao enraizamento de uma divisão do mundo entre zonas propensas à violência e zonas de paz. ”**

de forma suficiente (...), mas sim porque o poder de decisão política das elites procura encobrir-se com camuflagens não políticas, terapêuticas ou meramente técnicas” (2006: 11). E foi também em vista dos custos políticos do intervencionismo liberal da viragem do século XX para o século XXI, mas também dos seus custos materiais, que, nas últimas duas décadas, se processou uma sensível transformação do figurino do intervencionismo internacional nas periferias. O triplo nexos liberal humanitarismo-paz-desenvolvimento deu paulatinamente lugar ao triplo nexos neoliberal desenvolvimento-segurança-contenção (Nascimento e Pureza, 2024: 7). A articulação entre ação humanitária, construção da paz e apoio ao desenvolvimento passou a obedecer a uma lógica diferente da do apogeu liberal e essa é essencialmente a de que a paz e o desenvolvimento devem operar num quadro de contenção *in situ* dos efeitos das crises humanitárias e dos conflitos, oferecendo como contrapartida cenários de resiliência às populações vítimas de tais situações. Deste modo, a articulação entre estratégias de contenção de crises nas periferias e políticas de empoderamento e criação de capacidades locais nesses territórios e para essas populações permite ganhar um apoio social, quer local quer internacional, que de outra forma escassearia. Uma tal combinação entre contenção e resiliência que é o núcleo estratégico do triplo nexos neoliberal – e que tem na garantia de segurança para todos o seu argumento principal – sustenta-se assim em dois pilares: por um lado, a centralidade conferida à aquisição de capacidades de prevenção de (e de adaptação a) crises e desastres (Panter-Brick, 2021: 362); por outro, a responsabilização de cada indivíduo pela superação empreendedora da sua condição de vítima daquelas circunstâncias.

## Migrações: narrativas de ameaça e políticas de contenção

Também o tema das migrações ganhou, nos últimos anos, um lugar particularmente central na agenda internacional e associado ao nexos securitário. A realidade de um número significativo de pessoas forçadas a deslocar-se em virtude da guerra ou da

pobreza extrema colocou desafios muito claros a muitos países, passando as políticas de asilo e de gestão migratória a estar associadas mais a quadros de segurança do que a prioridades humanitárias e objetivos de proteção e acolhimento (Martins & Strange, 2019). O fenómeno crescente de securitização das questões migratórias refere-se sobretudo ao enquadramento da migração como uma ameaça à segurança nacional, levando à implementação de políticas e práticas destinadas a controlar as fronteiras e a conter a circulação de pessoas (Buzan et al, 1998; Castels e Miller, 2003). Ainda que muitas destas medidas sejam apresentadas como tendo como objetivo prevenir e controlar fluxos irregulares e ilegais e combater atividades criminosas como o tráfico de seres humanos, não deixam de suscitar questões importantes não apenas do ponto de vista da sua eficácia, mas também dos custos humanos que podem e têm implicado, nomeadamente ao nível da desproteção e desrespeito por princípios fundamentais de direitos humanos e dignidade humana. Efetivamente, e apesar de a origem de grande parte dos fluxos estar associada a dinâmicas de subdesenvolvimento, pobreza e violência, a resposta por parte dos países de destino tem sido no sentido de restringir, excluir ao invés de acolher e de uma abordagem e resposta direcionada a combater as causas profundas da migração forçada e da enorme vulnerabilidade dos migrantes (Nascimento, 2018; Freire e Nascimento, 2023). Deste modo, as representações de ameaça associadas a refugiados, a requerentes de asilo, a migrantes forçados e a todas as categorias de deslocados reforçaram agendas políticas e de securitização, alinhadas e sustentadas por uma narrativa dominante que percebia os migrantes forçados com contextos de agitação social, criminalidade ou, mesmo, terrorismo (Rev, 2015; Nascimento e Sousa, 2020). O que se tornou particularmente claro nos últimos anos é que este nexos crescente entre migrações e segurança tem como objetivo esbater ou ignorar as causas profundas que levam as pessoas a fugir dos seus países de origem e, sobretudo, esvaziar as responsabilidades que decorrem de compromissos internacionais assumidos pelos Estados e atores internacionais doadores ao nível das políticas de cooperação para o desenvolvimento e promoção de uma paz sustentável e positiva. As disparidades económicas, a instabilidade política, os conflitos e as alterações climáticas estão entre os fatores complexos que alimentam, sustentam e perpetuam as dinâmicas migratórias, mas são ignoradas pela agenda dominante e securitária assente no nexos entre questões de desenvolvimento, humanitárias e de segurança. Ao focarem-se quase exclusivamente em medidas e lógicas



JOÃO COUTO C., FRONTEIRA ENTRE SÉRVIA E CROÁCIA

**“ O nexo crescente entre migrações e segurança tem como objetivo esbater ou ignorar as causas profundas que levam as pessoas a fugir dos seus países de origem e, sobretudo, esvaziar as responsabilidades que decorrem de compromissos internacionais assumidos pelos Estados e atores internacionais doadores ao nível das políticas de cooperação para o desenvolvimento e promoção de uma paz sustentável e positiva. ”**

de segurança, os decisores políticos negligenciam a necessidade de soluções abrangentes que abordem estas questões subjacentes e alimentam uma narrativa política excludente e de contenção com base no argumento de que estas ‘massas descontroladas’ de pessoas em fuga são uma ameaça às fronteiras e à segurança e ordem internas das sociedades desenvolvidas. Torna-se essencial uma abordagem mais equilibrada, que considere as intersecções com as questões de desenvolvimento, segurança e direitos humanos e que abra caminho para uma política que, por um lado, atue naquelas que são as condições de partida, promovendo políticas de desenvolvimento humano, estrutural e sustentável e, por outro lado, facilite e promova rotas mais seguras e políticas mais abertas e que respeitem a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas.

## Conclusões

A promoção do desenvolvimento e da paz tem ocupado um lugar indiscutível na agenda internacional, em particular a partir da década de 1990, contexto em que as expectativas do papel que a comunidade internacional poderia e deveria ser capaz de assumir se reafirmaram de forma muito clara. Contudo, ao longo das últimas décadas, a promoção do desenvolvimento, da paz e da segurança foi-se alterando e adaptando tanto ao nível dos conceitos como das práticas, em grande medida em resultado da promoção de um modelo de paz liberal orientado para uma agenda intervencionista associada a missões de paz que integram e combinam mandatos e agendas militares, humanitárias e de desenvolvimento, com objetivos mais amplos de promoção da paz e segurança internacionais. Ao expandir-se e alargar-se, este quadro de referência foi-se materializando-se na identificação de um nexos entre segurança, desenvolvimento e paz, tornando-se progressivamente parte do discurso oficial e das políticas externas de muitos Estados e outros atores internacionais envolvidos nestes processos (Nascimento, 2018). Mas num contexto internacional marcado por muitas e rápidas mudanças ao nível da conflitualidade violenta e por variados e continuados esforços de (re)concretização dos conteúdos, prioridades e estratégias no âmbito da promoção da segurança, do desenvolvimento e da paz, são também muitos os desafios que se têm colocado ao

nível da forma como os Estados se têm adaptado a estas dinâmicas e novas prioridades. Da natureza mutável dos conflitos, às ameaças colocadas pelo terrorismo internacional e passando pelos desafios de gerir fluxos migratórios crescentes, tem sido clara a necessidade de repensar prioridades, estratégias e políticas. Contudo, todas elas têm desembocado em conceções distorcidas da relação entre necessidades de curto prazo e prioridades de médio e longo prazo por parte de atores internacionais que querem agir, mas negam o seu papel e responsabilidade na sustentação e reprodução de muitas destas dinâmicas de instabilidade, insegurança e subdesenvolvimento.

## Bibliografia

- Buzan, B.; Waeber, O. e De Wilde, J. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1998.
- Castels, S. e Miller, M. (2003), *The Age of Migration*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2003.
- Chabal, Patrick; Daloz, Jean-Pierre (1999) *Africa Works: Disorder as political instrument*. Oxford: James Currey.
- Chan, Stephen (2011) “On the uselessness of new wars theory: lessons from African contexts” in Sylvester, Christine (ed.), *Experiencing War*. New York: Routledge, 79-93.
- Chandler, D. (2006), *Empire in Denial. The Politics of State Building*. Londres: Pluto Press
- Das, Veena; Kleinman, Arthur (2000) “Introduction” in Das, Veena; Kleinman, Arthur; Rapphele, Mamphela; Reynolds, Pamela (eds.) *Violence and Subjectivity*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1-18.
- Duffield, Mark (2001) *Global governance and the new wars: the merging of development and security*. London /New York: Zed Books.
- Duffield, Mark; Waddell Nicholas (2006) “Securing Humans in a Dangerous World” *International Politics*. 43(1), 1-23.
- Huysmans, J. (2000), “The European Union and the securitization of migration”, *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 38(5), 751-777.
- Kaldor, M. (1999), *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press
- Kalyvas, Stathis N. (2001) “New” and “Old” Civil Wars: A Valid Distinction? *World Politics*. 54 (1), 99-118.
- Kaplan, Robert D. (1994) ‘The Coming Anarchy—How Scarcity, Crime, Overpopulation, Tribalism and Disease are Rapidly Destroying the Social Fabric of our Planet’. *The Atlantic Monthly*, February, 44-76.
- Martins, O. B. e Strange, M. (2019), “Rethinking EU external migration policy: contestation and critique”. *Global Affairs*, 5(3), 195-202.
- Nascimento, D.; Pureza, J.M.P (2024), “Refugees as Entrepreneurs? A challenge to HDP programs”, *The International Spectator*, 1-16.
- Nascimento, D. (2023), “Entre valores humanitários e considerações securitárias e geopolíticas: a resposta da UE à crise prolongada de refugiados”, in Luis Tomé, Luís Valença Pinto e Brígida Brito. (org.), *Em torno do Pensamento de Luís Moita: Humanismo e Relações Internacionais*. Lisboa: OBSERVARE, 293-312 (com Maria Raquel Freire).
- Nascimento, D.; Sousa, I. (2020), “Miopia: O Desencontro entre os mecanismos externos de gestão de fronteiras da UE e a responsabilidade de proteção humanitária de migrantes”, in Fernando Ludwig;
- Luciano Stremel Barros (org.), (Re)Definições de Fronteiras: desenvolvimento, segurança e integração. Foz do Iguaçu, Brasil: Editora IDESF, 21-38.
- Nascimento, D. (2018), “A securitização da 'crise' dos refugiados e o retorno das fronteiras na Europa: que implicações na protecção dos direitos humanos?”, in Fernando José Ludwig e Luciano Stremel Barros (org.), (Re)Definições das Fronteiras: Velhos e Novos Paradigmas. Foz do Iguaçu: IDESF, 15-26.
- ONU. 2004. *A More Secure World: Our Shared Responsibility*. UN DOC. A/59/565, 2 de Dezembro, viii.
- Panther-Brick, C. (2021), “Resilience Humanitarianism and Peacebuilding”, in Ungar, M. (ed.), *Multisystemic Resilience*. Oxford: Oxford University Press: 361-74
- Paris, R. (1999), “Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism”, *International Security*, 22 (2): 54–89.
- Rev, I. (2015), “Hungary’s Politics of Hate”, *The New York Times*, 25 setembro.
- Richmond, O. (2005), *The Transformation of Peace*. Basingstoke/New York: Palgrave MacMillan
- Rotberg, Robert (ed.) (2003) *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Washington, DC: Brookings Institution Press.

# Fizeram um deserto

DOMENICO CHIRICO  
ESPECIALISTA EM PROGRAMAS SOCIAIS E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL EM CONTEXTOS DE CONFLITO

“ Os investimentos na área do desenvolvimento ajudam a criar um clima de paz? Não exactamente. ”

Albert Camus escreveu que a paz é a única batalha que vale a pena travar. Os seus eram tempos em que havia guerras, mas também grandes e importantes processos de paz. O mais importante, hoje um exemplo de escola, é a paz entre a França e a Alemanha. A União Europeia, com o fim da tragédia das guerras mundiais, federou os Estados da Europa para criar um espaço sem conflitos após séculos de guerras. Foi certamente uma experiência bem sucedida, mas hoje está a vacilar, não internamente, mas em relação às suas fronteiras externas.

A questão a investigar é se o frágil equilíbrio alcançado em alguns continentes se baseia na continuação de conflitos noutros cenários e nas muitas guerras por procuração que têm tido lugar noutros países para definir interesses e acumular recursos. De alguma forma, é como se a instabilidade dos outros garantisse a nossa paz europeia.

O Médio Oriente é certamente um bom exemplo: desde 1945, tem sido um contínuo de conflitos em torno de recursos dos quais também beneficiamos. E sempre que se vislumbra uma réstia de paz, recomeça um novo conflito. Veja-se o caso do Iraque, por exemplo, onde a comunidade internacional investiu milhares de milhões para o reconstruir depois de Saddam. Esta chuva de dinheiro produziu uma guerra civil muito violenta em 2006-2008, a emergência do Isis em 2014-2017 e ainda não sabemos quanto mais fogo existe sob as cinzas. Os investimentos na área do desenvolvimento ajudam a criar um clima de paz? Não exactamente. Por vezes, grandes quantias de dinheiro enviadas pela comunidade internacional para projectos de desenvolvimento apenas alimentaram a corrupção, criaram novos conflitos pelos recursos, favoreceram as piores classes dominantes e provocaram a fuga das melhores - e muitas vezes mais qualificadas - gerações de cidadãos que esperavam construir um futuro pacífico.

Outro cenário é Gaza, onde só a UE investiu milhares de milhões na reconstrução de edifícios públicos constantemente bombardeados e destruídos pelos israelitas. A começar pelo aeroporto de Gaza, construído numa altura em que se imaginava que a Faixa de Gaza não deveria tornar-se na jaula a céu aberto que é hoje. Para não falar dos hospitais e de outras infra-estruturas úteis à reconstrução da vida civilizada.

Depois, há o nordeste sírio, também conhecido por alguns como Rojava, a zona onde uma aliança de curdos, tribos árabes e vários outros grupos cristãos se autonomizou do regime de Damasco e se autogoverna. A proposta de paz das forças curdas, o

## Saber e circunstâncias

federalismo democrático, é uma das poucas propostas políticas que visam processos de paz duradouros no Médio Oriente. Ou seja, reconhecer as diferenças e federá-las, viver em conjunto valorizando a identidade de cada um. Paralelamente, o movimento curdo de Murray Bockchin, o filósofo libertário americano, propôs aos territórios federados a adopção de um sistema em que se reconheça plenamente a igualdade entre homens e mulheres, uma forte ênfase ecológica e um grande poder para as comunidades locais e os municípios. Um sistema que pode funcionar no papel, mas que, infelizmente, é demasiado revolucionário para ser efetivamente implementado.

No nordeste da Síria, as tentativas de construir um sistema deste tipo esbarram constantemente na ajuda hesitante da comunidade internacional, em projectos que são apenas de emergência e de curto prazo e na incerteza quanto ao futuro. Todas estas são condições prévias para que não se construam as infra-estruturas civis básicas necessárias para que as pessoas vivam bem, confiem nas suas instituições e alcancem a paz. Acrescente-se o facto de que, aproveitando a guerra em Gaza, o exército turco bombardeou regularmente os sistemas de água e eletricidade para tornar impossível a vida na região.

Estes três exemplos dizem-nos que, na realidade, os processos de desenvolvimento, por si só, nunca são suficientes para construir a paz. Estamos a lidar com questões eminentemente geopolíticas em que grandes planos e grandes financiamentos nem sempre garantem um resultado positivo. De facto, em termos técnicos, o financiamento deve ser conflict-sensitive, porque, por vezes, os grandes planos de desenvolvimento inventam estruturas da sociedade civil inexistentes ou são instrumentais na utilização dos fundos. Distribuem demasiado dinheiro, exacerbando a guerra pelos recursos, ou pior, distribuem-no de forma desigual, favorecendo as classes dominantes oligárquicas.

Neste contexto, só se pode falar denexo entre paz, desenvolvimento e resolução de conflitos após um profundo processo de autodeterminação dos actores. Além disso, mais do que um estudo económico salienta que o crescimento económico por si só não conduz a uma redução das desigualdades e muito menos é necessariamente um veículo para a paz, onde persistem fortes desigualdades sociais.

É importante promover um processo de participação democrática, como o que se verificou na Europa do pós-guerra, após a ocupação nazi, que tornaria os cidadãos, pelo menos parcialmente, conscientes do seu papel e da importância da sua contribuição



LUANDA, ANGOLA (SHUTTERSTOCK)

**“ Na realidade, os processos de desenvolvimento, por si só, nunca são suficientes para construir a paz. Estamos a lidar com questões eminentemente geopolíticas em que grandes planos e grandes financiamentos nem sempre garantem um resultado positivo. ”**

para o bem-estar comum e também uma profunda descolonização do conceito de desenvolvimento, que deve ser interpretado de acordo com as necessidades de cada país e contexto, não seguindo planos hipotéticos de organismos internacionais que, para além das emergências humanitárias, perderam abundantemente legitimidade e autoridade nos últimos anos. Muitas vezes, ainda se inventam soluções e planos de desenvolvimento que nada têm a ver com os locais de intervenção, que são pensados noutra lugar, talvez confiados a terceiros, e que retiram a responsabilidade às pessoas que deveriam ser todos construtores da paz.

Não sabemos se tudo isso é possível. O que é certo é que o discurso sobre a guerra e não sobre a paz foi “libertado” desde a guerra na Ucrânia. Neste momento, até a Europa compreende o que significa ter uma guerra em casa, fala-se de um novo recrutamento obrigatório e há um apelo a níveis elevados de despesas militares. A corrida às armas e à guerra, mais do que à paz, recomeçou. Assim, o desenvolvimento por si só, sem acções de paz orientadas - e aqui incluímos a autodeterminação dos povos -, não prova funcionar.

Um dos exemplos clássicos dos exercícios psicossociais em zonas de guerra são os desenhos das crianças. No início, são sempre representações de morte e violência, céus com aviões e bombas. Depois, as crianças, sessão após sessão e recuperando uma vida normal, começam – quando tudo corre bem – a mudar de tema. A luz entra nos seus desenhos, as cores e a vida. A paz, na minha humilde opinião, constrói-se assim. Devagar, com paciência, respeitando o tempo e as necessidades de cada um. Há exemplos de boas práticas que foram implementadas, embora com resultados sempre frágeis e que precisam de ser protegidos. Afinal, a alternativa é apenas guerras devastadoras, que no final nunca beneficiam ninguém.

## Paz e Desenvolvimento: as mulheres no centro da construção e da ação<sup>1</sup>

PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA

CONSULTORA EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

**“ A paz é a principal e absolutamente necessária condição para um processo de desenvolvimento que permita a prosperidade económica, a justiça social e a preservação ambiental. ”**

<sup>1</sup> O ARTIGO É ELABORADO NO ÂMBITO DOS PROJETOS “COERÊNCIA: O EIXO DO DESENVOLVIMENTO” E “TODXS PELA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO”, IMPLEMENTADOS PELA FEC - FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO E O IMVF - INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR, E COFINANCIADOS PELO CAMÕES, INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E LÍNGUA, I.P.

## As interligações complexas entre paz e desenvolvimento

O “mantra” é bem conhecido: sem um desenvolvimento inclusivo e sustentável não existe paz; sem segurança e paz sustentada não pode existir desenvolvimento. Por ser repetido tantas vezes, parece já desprovido de significado, mas não deixa de ser verdadeiro<sup>2</sup>.

Como bem sabem os países em situação de fragilidade<sup>3</sup> e o povos afetados por guerras e instabilidade, os conflitos violentos, para além dos custos enormes em vidas humanas, destroem rapidamente o tecido económico e social, tornam impossível assegurar meios de subsistência e agravam situações de fome e insegurança alimentar, deterioram o acesso à educação, saúde e justiça, fragilizam as instituições e contribuem para maior desproteção dos grupos sociais vulneráveis, colocando em causa tudo o que possa ter sido construído ao longo de décadas (Mueller e Tobias, 2016; Rohner, 2022; Ferreira 2017). Os conflitos violentos são o principal fator de deslocamento forçado e de agudização das crises humanitárias (OCHA, 2024). A paz é, portanto, a principal e absolutamente necessária condição para um processo de desenvolvimento que permita a prosperidade económica, a justiça social e a preservação ambiental<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Poder-se-iam referir muitas investigações que confirmam esta conclusão. Para simplificar, consultar Wolff et al, 2020.

<sup>3</sup> As definições de “Estados frágeis” mais utilizadas ressaltam a importância da vontade e capacidade dos Estados desempenharem as funções necessárias à segurança e bem-estar dos seus cidadãos, ou seja, Estados frágeis são aqueles onde a exposição a vários riscos se combina com uma fraca capacidade de resposta do Estado para gerir, absorver ou mitigar esses riscos. A OCDE faz uma análise multidimensional da fragilidade segundo critérios económicos, ambientais, humanos, políticos, de segurança e sociais, incluindo

60 países nesta classificação, sendo 15 “extremamente frágeis” (OCDE, 2022).

<sup>4</sup> A inclusão da paz e segurança como uma questão de desenvolvimento é concretizada na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no seu Objetivo (ODS) 16 (ver dados em NU, 2023b).

No entanto, a paz não significa a mera ausência de guerra ou violência, nomeadamente após um cessar-fogo ou um acordo formal de paz. Em muitos casos, pode permanecer uma situação de “nem guerra, nem paz”, ou de “paz violenta”, que caracteriza muitos dos países denominados em pós-conflito ou frágeis, como se o Estado continuasse mergulhado num círculo vicioso de crise permanente. Neste âmbito, o conceito de “paz positiva” formulado por Johan Galtung há quase três décadas continua a ter relevância, pois esta implica a restauração das relações sociais, o reforço de sistemas sociais e institucionais que respondam às necessidades das pessoas e a transformação dos conflitos numa base construtiva, de forma a que passem a ser geridos e resolvidos de forma não-violenta.

Isso implica a remoção ou reformulação progressiva das práticas e formas de atuação, dinâmicas políticas, institucionais e outros fatores que criam ou perpetuam a violência numa sociedade<sup>5</sup>. Nesse sentido, é necessário que a construção e consolidação da paz atue numa dimensão estrutural (centrada nas condições sociais que impulsionam o conflito violento, em que o objetivo é promover instituições e alterações estruturais ao nível político, económico e social de forma a eliminar a violência, responder às necessidades humanas e aumentar a participação pública nos processos decisórios); numa dimensão relacional (que pretende reduzir os efeitos da hostilidade gerada pela guerra e transformar as relações danificadas, lidar com o passado de forma não-violenta e promover a confiança e a coesão social, encontrando caminhos para uma real reconciliação da sociedade); e numa dimensão pessoal (centrada nas mudanças necessárias ao nível individual, incluindo processos que têm repercussões sociais, económicas e políticas mais alargadas) (Ferreira, 2014).

Desta forma, facilmente se conclui que estes processos têm de ser liderados e consolidados localmente, nos próprios países, sendo o papel dos atores externos o de tentar apoiar e incentivar da melhor forma esses esforços. Essa é exatamente a conclusão de muitas investigações sobre os resultados de processos de consolidação da paz (*peacebuilding*) e de reforço dos Estados (*statebuilding*). Os princípios internacionalmente acordados sobre a intervenção externa nestes contextos ressaltam a necessidade de não causar

<sup>5</sup> Para uma análise dos fatores que sustentam uma paz positiva, ver IEP, 2019.



ACEP, BUBA / GUINÉ-BISSAU, 2011

**Os processos têm de ser liderados e consolidados localmente, nos próprios países, sendo o papel dos atores externos o de tentar apoiar e incentivar da melhor forma esses esforços. Essa é exatamente a conclusão de muitas investigações sobre os resultados de processos de consolidação da paz (peacebuilding) e de reforço dos Estados (statebuilding).**

danos (“do no harm”) e de os intervenientes apoiarem as iniciativas credíveis e inclusivas existentes, incluindo as de desenvolvimento de capacidades dos governos, instituições e sociedade civil, tendo em devida conta as necessidades, prioridades e especificidades destes países (IDPS, 2011).

Uma das questões principais está na disparidade entre as recomendações dos estudos e os princípios internacionais, por um lado, e as práticas de intervenientes externos nestes processos, com muitos exemplos de abordagens padronizadas que replicam modelos (“one-size-fits-all”) e prescritivas de soluções (“top-down”), não baseadas num conhecimento profundo das realidades nem adaptadas aos contextos, bem como não sensíveis aos fatores de conflitualidade nas sociedades em causa (Ferreira, 2014). Continuam-se também a descurar as crises que não são geopoliticamente relevantes, que não afetam interesses económicos ou não têm grande potencial de alastramento, esquecendo o direito internacional humanitário e o imperativo de proteger a segurança humana.

Por outro lado, a paz não gera necessariamente desenvolvimento. Após a celebração de uma paz formal, se os dividendos da paz não existirem ou beneficiarem apenas um pequeno grupo, sem se traduzirem (de forma real ou percebida) na melhoria das condições de vida, na coesão social, na redução da pobreza e das desigualdades, o descontentamento tenderá a aumentar, gerando novos fatores de tensão e de potencial disrupção da paz. Da mesma forma, o desenvolvimento de que aqui se fala não é sinónimo de crescimento económico e de mera geração de riqueza, expresso, por exemplo, no Produto Interno Bruto (PIB). Sem mecanismos efetivos de redistribuição da riqueza e de desenvolvimento de capacidades institucionais, sociais e políticas para gestão inclusiva das tensões e conflitos que naturalmente emergem nas sociedades, o desenvolvimento não será justo ou sustentável, podendo contribuir para fatores de instabilidade.

Um dos fatores importantes para construção da paz e do desenvolvimento parece ser a existência de um processo interno de acomodação dos vários interesses e intervenientes e da sua agregação em torno de uma visão comum para o futuro de uma sociedade ou país (Clube de Lisboa, 2022). Se as disputas e tensões sociais ficam por resolver e os cidadãos se sentem desprotegidos nos seus direitos e necessidades, se existe uma cultura de impunidade ou de favorecimento estrutural de certos grupos sociais, e/ou se o funcionamento das instituições está sujeito a arbitrariedades e abusos de poder siste-

máticos, há um processo de degradação e enfraquecimento do Estado, com reflexos negativos na segurança e no desenvolvimento. Em sentido contrário, verifica-se uma clara ligação entre as sociedades mais inclusivas e participativas - com instituições responsáveis, mais transparentes e democráticas – e a capacidade de resiliência na adaptação e recuperação de choques, no desenvolvimento sustentável e na prevenção de conflitos violentos (Ferreira, 2020).

## Igualdade de género e empoderamento das mulheres na construção da paz e do desenvolvimento

Os conflitos e a fragilidade afetam mulheres e homens de forma diferente, com um fardo significativo sobre as mulheres e as raparigas. Nas situações de crise, conflito e pós-conflito, as meninas e mulheres têm mais dificuldade no acesso à educação (INEE, 2021), à saúde ou à justiça, são mais sujeitas a casamentos precoces e forçados, são as maiores vítimas de violência sexual (utilizada frequentemente como “arma de guerra”), são sujeitas a maiores violações dos direitos humanos e a maior insegurança, nomeadamente em contexto de deslocamento forçado.

A atual confluência de múltiplas crises – de paz e segurança, crise alimentar, crise da democracia e liberdades fundamentais, crise climática/ambiental, crise humanitária – tem multiplicado fatores de incerteza e afeta de forma desproporcional os países mais frágeis e as populações mais vulneráveis, perpetuando uma “armadilha de fragilidade” da qual é muito difícil recuperar<sup>6</sup>. O panorama geral tem piorado nos últimos anos,

<sup>6</sup> Nestes países residem, atualmente, 1,9 mil milhões de pessoas (24% da população mundial) e a maioria das pessoas em situação de pobreza extrema (73%) (OCDE, 2022), com tendência a aumentar. Além disso, o número de mulheres e raparigas que vive nestes países duplicou entre 2017 e 2022 (ONU, 2023a).

com a degradação das condições de paz e segurança no mundo (IEP, 2023); a tendência generalizada de securitização e de militarização (com as despesas militares a atingirem sucessivamente máximos históricos - 2,4 biliões de USD em 2023); com violações de direitos humanos evidentes e não sancionadas em diversos contextos; com uma regressão nos direitos das mulheres em várias partes do mundo (incluindo no plano jurídico) e aumento da violência sobre os defensores dos direitos humanos das mulheres (Nações Unidas, 2021 e 2022; Venis, 2020).

Seria de esperar que, estando entre os grupos sociais mais afetados pelos conflitos e constituindo metade (ou mais) da população, as mulheres desempenhassem um papel proeminente na resolução dos conflitos e na construção da paz. Na verdade, na maioria dos países afetados por conflitos, as mulheres e as suas organizações são determinantes para a paz e reconciliação nas suas comunidades, organizam demonstrações e movimentos a favor da paz, tentam apresentar alternativas de resolução pacífica dos conflitos e propostas de mediação, colocam os direitos das mulheres no centro dos apelos à paz, e conduzem a recuperação das suas comunidades no pós-conflito<sup>7</sup>.

Mas a maioria dessas ações de liderança desenrola-se no plano informal e tende a limitar-se ao nível local, não havendo possibilidade de se “sentarem à mesa” na tomada de decisões centrais que mais as impactam. Entre 1990 e 2019, apenas um quinto dos acordos de paz assinados no mundo incluíram disposições sobre mulheres ou sobre género. Em média, as mulheres representaram 13% dos negociadores, 6% dos mediadores e 6% dos signatários em processos de paz entre 1992 e 2019 (Council on Foreign Relations; Nações Unidas, 2021). Na verdade, 7 em cada 10 processos formais de paz não incluíram qualquer mulher em nenhuma destas categorias.

Em muitos casos, verifica-se grande relutância das partes em conflito e/ou das elites político-militares à plena inclusão e contributo das mulheres nos processos de paz nas suas várias dimensões (*peacemaking, peacekeeping, peacebuilding*), estando identificadas quais principais razões invocadas e possíveis soluções para ultrapassar essas

<sup>7</sup> Da Libéria ao Ruanda, da Guiné-Bissau à Colômbia, existem muitos exemplos destas ações e de organizações de mulheres que trabalham a favor da paz nos seus países. Ver, por exemplo, Anderlini, 2021.



ACEP, INTERCÂMBIO SOBRE DIREITOS DAS MULHERES EM CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE, 2021

“ Investir nas mulheres e na igualdade de género é, em si mesmo, um dos principais fatores impulsionadores da mudança e da transformação ao nível económico, político e social. Daí que se verifique uma correspondência geral entre os progressos na igualdade de género e o desenvolvimento. ”

barreiras (ICAN, 2018; The g7+, 2023). A comunidade internacional também não tem reconhecido devidamente a sua importância: os valores de ajuda ao desenvolvimento são ínfimos – apenas 0,2% da ajuda bilateral em países afetados por conflitos é direcionada a organizações de mulheres.

Esta realidade de exclusão das mulheres dos esforços de prevenção e resolução de conflitos é contraditória com o próprio objetivo de construção da paz. Estima-se que, quando as mulheres são incluídas plenamente nestes processos, os acordos de paz têm 20% mais probabilidade de durarem pelo menos 2 anos e 35% mais probabilidade de durarem pelo menos 15 anos (O’Reilly et al, 2020). Em média, um acordo de paz tem menos 64% probabilidades de falhar se incluir organizações de mulheres e de defesa dos seus direitos.

Existem evidências fortes de que um maior envolvimento das mulheres tende a refletir melhor as necessidades das comunidades e a ter em atenção as causas profundas dos conflitos (ICAN, 2018; The g7+, 2023). Constata-se, ainda, uma ligação geral entre maior igualdade de género e maior segurança e estabilidade. A violência contra as mulheres é um indicador da propensão de uma sociedade a conflitos violentos e do (in)cumprimento das normas e acordos de direito internacional. Nos países com maior igualdade de género, existe maior probabilidade de evitar a escalada e de resolver os conflitos sem violência, bem como menor probabilidade de recurso a meios militares, em conflitos intra e inter-estatais (Caprioli, 2000; Hudson, 2014; Crespo-Sancho, 2018, Anderlini, 2021).

Há mais de duas décadas, a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” foi concretizada nas Nações Unidas através da Resolução n.º 1325 do Conselho de Segurança (2000), a qual preconiza a participação das mulheres em todos os níveis da tomada de decisão na esfera da paz e da segurança, a proteção dos direitos das mulheres e raparigas, a integração da perspetiva de género nas iniciativas de prevenção de conflitos, bem como nos esforços de ajuda, recuperação e reconstrução. Esta resolução tem sido reforçada e por outras ligadas à liderança das mulheres na consolidação da paz e prevenção de conflitos, e alargada a disposições específicas sobre a prevenção e resposta à violência sexual relacionada com conflitos<sup>8</sup>.

Esta agenda global tem registado alguns progressos em países e aspetos específicos.

No entanto, os resultados em cada contexto dependem sempre de uma questão de base, mais profunda e alargada, que tem a ver com a igualdade de género e empoderamento das mulheres nas sociedades, em particular nos países frágeis e/ou afetados por conflitos. Essa questão basilar é o que limita ou potencia o seu envolvimento e participação enquanto agentes de pleno direito na vida política, económica e social dos seus países, sendo um desafio que afeta de forma multidimensional e transversal as perspetivas de paz e de desenvolvimento.

Embora a igualdade de género não tenha sido atingida em nenhum local do mundo, as mulheres nos países frágeis e/ou afetados por conflitos enfrentam grandes desafios e discriminações persistentes, a nível das políticas e das práticas, com desigualdades mais acentuadas e mais resistentes à mudança. Esses desafios são exacerbados pela instabilidade política, conflitos armados e fragilidade institucional: insuficiente aplicação e fiscalização das leis que protegem os direitos, violência de género, restrições aos direitos e saúde sexual e reprodutiva, desigualdade económica, participação política limitada com barreiras legais, culturais e institucionais que limitam seu acesso a cargos de liderança e representação política.

As desigualdades laborais – incluindo na participação na força de trabalho, as disparidades salariais entre homens e mulheres, o peso do trabalho não remunerado e a menor proteção social – bem como a discriminação nos direitos fundiários e de propriedade<sup>9</sup>, e as diversas barreiras legais ainda representam grandes obstáculos à igualdade de acesso das mulheres aos recursos económicos (OCDE, 2019). Em muitos países, as leis da família – casamento, divórcio, sucessão, herança – colocam as mulheres numa situação de vulnerabilidade jurídica e financeira, às quais se juntam as barreiras sociais e culturais, mais difíceis de transformar (The g7+, 2024).

Investir nas mulheres e na igualdade de género é, em si mesmo, um dos principais

<sup>8</sup> No primeiro grupo, estão as Resoluções n.º 1889 (2009), 2122 (2013), 2242 (2015), 2493 (2019), 2538 (2020); no segundo grupo, as Resoluções n.º 1820 (2008), 1888 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2467 (2019).

fatores impulsionadores da mudança e da transformação ao nível económico, político e social. Daí que se verifique uma correspondência geral entre os progressos na igualdade de género e o desenvolvimento, com os países e regiões que têm piores indicadores nessa área a terem também, tendencialmente, piores índices de desenvolvimento.

Incluir plenamente as mulheres na construção da paz e do desenvolvimento é economicamente inteligente. Se as mulheres participassem na economia de forma idêntica aos homens, tal poderia gerar mais \$28 bilhões de USD na economia mundial (McKinsey Global Institute, 2015). Constatou-se ainda que as mulheres reinvestem, em média, muito mais do seu rendimento no bem-estar das suas famílias e comunidades (90%, em comparação com 35% nos homens), o que significa que o empoderamento económico das mulheres contribui para criar ciclos positivos de prosperidade.

Os direitos das mulheres estão consagrados internacionalmente em vários instrumentos do direito internacional, que obrigam os Estados a tomar as medidas apropriadas, incluindo a abolição de leis, regulamentos, costumes e práticas que constituam uma discriminação contra as mulheres. Um dos tratados fundamentais é a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre as Mulheres – CEDAW (1979), bem como a Plataforma de Ação de Pequim (1995). Entre outros instrumentos estão as convenções da Organização Internacional do Trabalho, no âmbito dos direitos laborais e igualdade salarial<sup>10</sup>.

É sabido que os progressos na igualdade de género são especialmente dificultados por implicarem alterações nas relações sociais e de poder, bem como mudanças estruturais nas práticas institucionais através das quais as disparidades e discriminações são perpetuadas. A manterem-se as tendências atuais, estima-se que serão necessários 286 anos para eliminar as disparidades na proteção legal e as leis discriminatórias das mulheres (UN Women, 2022).

<sup>9</sup> Por exemplo, as mulheres possuem menos de 15% das terras em todo o mundo e em 123 países existem leis e práticas tradicionais, religiosas e consuetudinárias que limitam a liberdade das mulheres de possuir bens fundiários, de reivindicar e proteger as suas terras. No entanto, 60% a 80% dos alimentos produzidos nos países em desenvolvimento são produzidos

por mulheres e, se as mulheres tivessem igual acesso aos recursos produtivos, estima-se que o número de pessoas em situação de fome poderia reduzir-se entre 12% e 17% (ver ACDH, 2020).

<sup>10</sup> Designadamente, Convenção N.º 100, sobre a Igualdade de Remuneração, Convenção N.º 111, sobre a Discriminação (Emprego e Profissão) e outras.

Mas mesmo quando a igualdade de género está consagrada no plano formal (legislativo, jurídico, político), esta não se traduz naturalmente numa igualdade substantiva. A mudança deste cenário implica abordar as causas das desigualdades e discriminações existentes, através de políticas e esforços concretos em todos os setores e estruturas da organização dos Estados e das economias, que protejam os direitos das mulheres, respondam às suas necessidades e prioridades, invistam nas condições que permitem melhor educação e saúde, desafiem normas sociais e culturais prejudiciais, capacitem e empoderem as raparigas e mulheres, e suportem uma voz forte por parte das mulheres na configuração das sociedades em que se inserem, incentivando a sua liderança e participação a todos os níveis. Só assim será possível romper círculos viciosos de fragilidade, contribuindo não apenas para sociedades mais justas e igualitárias, mas também mais pacíficas, estáveis e prósperas.

## Bibliografia

- ACDH (2020). Realizing Women's Rights to Land and other Productive Resources. Alto Comissariado para os Direitos Humanos, Nações Unidas.
- Anderlini, S. N. (2021) Recognizing Women Peacebuilders: Critical Actors in Effective Peacemaking. International Civil Society Action Network.
- Banco Mundial e Nações Unidas (2018). Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict. Caprioli, M. (2000). Gendered Conflict. Journal of Peace Research, Vol. 37, No. 1 (Jan., 2000), pp. 51-68.
- Clube de Lisboa (2022). Pandemia, Vacinação e Solidariedade: Implicações nos Países Frágeis. Conferências sobre Fragilidade dos Estados 2021, Lisboa.
- Council on Foreign Relations (s.d.). Women's Participation in Peace Processes.
- Crespo-Sancho, C (2018). Can gender equality prevent violent conflict? World Bank Blogs, 28/03/2018.
- Ferreira, Patrícia M. (2014). Estados Frágeis em África. A Intervenção Externa nos Processos de Construção do Estado (*statebuilding*) e da Paz (*peacebuilding*). Livro de Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL.
- Ferreira, Patrícia M. (2017). Segurança e Desenvolvimento. Estudos Coerentes. FEC - Fundação Fé e Cooperação e IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr, abril de 2017.
- Ferreira, Patrícia M. (2020). Desenvolvimento e Segurança: desafios e (In)coerências. *Policy Paper*, Coerência na Presidência. FEC- Fundação Fé e Cooperação e IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr, novembro de 2020.
- Hudson, V. et al (2014). Sex and World Peace. Columbia University Press.
- ICAN (2018). The Better Peace Tool (2ª edição). International Civil Society Action Network.
- IDPS (2011). The New Deal for engagement in fragile and conflict-affected states. International Dialogue of Peacebuilding and Statebuilding, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Paris.
- IEP (2019). Positive Peace Report: Analysing the factors that sustain peace. Institute for Economics and Peace.
- IEP (2023). Global Peace Index.
- INEE (2021). Mind the gap: The state of girls' education in crisis and conflict. Inter-agency Network for Education in Emergencies, Nova Iorque.
- McKinsey Global Institute (2015). The Power of Parity: How advancing women's equality can add \$12 trillion to global growth
- Mueller, H; Tobias, J. (2016). The cost of violence: Estimating the economic impact of conflict. IGC Growth Brief, International Growth Center.
- ONU (1979). Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre as Mulheres – CEDAW, Nações Unidas.
- ONU (2022). Report of the Secretary-General on women and peace and security (S/2022/740), Nações Unidas, 05/10/2022.
- ONU (2023a). Report of the Secretary-General on women and peace and security (S/2023/725), Nações Unidas, 28/09/2023.
- ONU (2000). Resolução n.º 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança. Nações Unidas (tradução portuguesa).
- ONU (2021). Women and peace and security: Report of the Secretary-General (S/2021/827), Nações Unidas, 27/09/2021.
- ONU (2023b). Sustainable Development Report 2023. Nações Unidas.

O'Reilly, M.; Suilleabháin, A.; Paffenholz, T. (2015). Reimagining Peacemaking: Women's Roles in Peace Processes. International Peace Institute, junho de 2015.

OCDE (2019). Social Institutions and Gender Index, SIGI 2019 Global Report, Cap.5, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Paris.

OCDE (2022). States of Fragility 2022. Relatório, Paris.

OCHA (2024). Global Humanitarian Overview 2024. Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários.

Rohner, D. (2022). Conflict, Civil Wars and Human Development. University of Lausanne and CEPR, Lausanne, Switzerland.

The g7+ (2023). IV g7+ Women Forum: Women in Peace and Reconciliation Processes. Setembro de 2023.

The g7+ (2024). V g7+ Women Forum: Women's Access to Economic and Financial Resources. Fevereiro de 2024.

UN Women (2022). Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2022, Nações Unidas.

Venis, J. (2020). The Great Regression. International Bar Association, 15 de dezembro de 2020.

Wolff, Jonas et al (2020). Peace and Development 2020: An Analysis of Recent Experiences and Findings. Peace Research Institute Frankfurt.

## O futuro dos “Estados frágeis” na “nova guerra fria”

HABIB URREHMAN MAYAR  
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO SECRETARIADO DO g7+

“

**A atenção dividida das potências mundiais e a sua fragmentação aumentaram a incerteza e a instabilidade nos países frágeis. Muitos destes têm sido campos de batalha para potências regionais e conflitos hegemônicos.**

”

Ao longo dos últimos três anos, o mundo experienciou um grau de incerteza sem precedentes. A pandemia da COVID-19, seguida pelas guerras na Ucrânia e em Gaza, debilitaram significativamente a paz e estabilidade globais. Estas crises, ampliadas pela globalização, sublinham a realidade de que ninguém está a salvo enquanto não estivermos todos a salvo. Contudo o impacto em Estados já frágeis tem sido particularmente severo. Estes países, que já tinham dificuldades devido a décadas de conflito e dependiam de ajudas internacionais, deparam-se agora com outros desafios devido a cortes na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e nos fundos de consolidação da paz, como indica a OCDE. Estas reduções têm agora consequências sociais, económicas e políticas drásticas, com estimativas que sugerem que um corte de 1% nos fundos pode colocar 400.000 pessoas em situações de emergência. Prevê-se que os Estados frágeis, que representam 24% da população mundial, alberguem cerca de 80% das pessoas mais pobres do mundo até 2030, o que constitui uma forte chamada de atenção para a urgência de erradicar a pobreza extrema.

## Fragmentação geopolítica e Estados frágeis

A atenção dividida das potências mundiais e a sua fragmentação aumentaram a incerteza e a instabilidade nos países frágeis. Muitos destes têm sido campos de batalha para potências regionais e conflitos hegemónicos. Por exemplo, 38% das guerras intraestatais (guerras civis) foram internacionalizadas, o que significa que Estados externos forneceram tropas a um ou mais grupos beligerantes. Este número é elevado para os padrões do pós-Guerra Fria e provavelmente sub-representa a verdadeira dimensão dos conflitos internacionalizados, uma vez que não tem em conta o apoio através de armas, dinheiro ou forças por procuração. Estes conflitos são mais mortais e duradouros, minando as instituições internacionais e diminuindo a eficácia do multilateralismo. Têm frequentemente origem em feridas sociais e políticas não resolvidas de guerras anteriores. Como cidadão do Afeganistão, tenho experiência em primeira mão de como a instabilidade marcada por mudanças de regime, guerras e conflitos se tornou a norma, mesmo décadas após o início da Guerra Fria.

## A “nova guerra fria” e o seu impacto

No atual clima geopolítico, denominado “Nova Guerra Fria”, os países frágeis estão novamente a tornar-se campos de batalha para o domínio hegemónico. As crises políticas, a fragilidade e a pobreza nos países menos desenvolvidos do Sul global atraíram a atenção dos actores regionais e mundiais, que não são muito diferentes da Guerra Fria que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Além disso, estas condições, que poderiam ter sido atenuadas com políticas de estabilidade a longo prazo, constituem actualmente um terreno fértil para interferências indevidas, como o terrorismo internacional, a interferência indevida nos assuntos internos e, conseqüentemente, as guerras por procuração. Na prossecução dos seus estreitos interesses nacionais, as hegemonias regionais e mundiais estão a tentar exercer uma influência indevida. Por exemplo, desde a guerra na Ucrânia, a Rússia tem procurado reavivar os laços da era soviética com as nações do Sul Global, especialmente em África.

## Desafios do compromisso internacional convencional

Apesar de acolherem missões de manutenção da paz, humanitárias e de assistência ao desenvolvimento durante décadas, muitos países frágeis continuam desiludidos com a sua eficácia na obtenção de autossuficiência e estabilidade duradoura. Países como a República Democrática do Congo (RDC), o Mali e a Somália pediram às missões da ONU para saírem, reflectindo desilusões profundamente enraizadas com o quadro convencional de envolvimento internacional. A fragilidade e a pobreza nestes países não são inevitáveis, mas resultam do facto de a comunidade internacional não ter abordado as causas profundas da instabilidade de forma proactiva e eficaz. Os compromissos internacionais têm sido predominantemente orientados pelas políticas neoliberais dos doadores e das potências mundiais, muitas vezes sem ter suficientemente em conta o contexto nacional e a visão de estabilidade a longo prazo. Estes esforços de cooperação são frequentemente vistos sob o prisma dos interesses de segurança nacional dos países doadores.



BAMIYAN, AFGANISTÃO (SHUTTERSTOCK)

“ Há muito que os países frágeis são vítimas da colonização, da Guerra Fria, das guerras por procuração e, actualmente, das alterações climáticas – problemas pelos quais têm pouca responsabilidade. ”

## O g7+; uma nova voz dos “países frágeis”

Num contexto de envolvimento internacional ineficaz, uma coligação de 20 países afectados por conflitos formou, em 2010, o g7+ para prosseguir uma visão de estabilidade e desenvolvimento. Com sede em Dili, Timor-Leste, e escritórios em Lisboa e Nova Iorque, o g7+ constitui uma plataforma influente para o diálogo sobre a abordagem da fragilidade e dos conflitos. O g7+ actua com base no princípio de que não pode haver desenvolvimento sem paz e que a paz pode ser sustentada com desenvolvimento. O diálogo nacional, a verdade e a reconciliação têm sido cruciais para uma paz duradoura em países membros como Timor-Leste, África do Sul e Ruanda. O g7+, juntamente com os doadores do CAD/OCDE e a sociedade civil, concordaram com estes princípios, formando o *New Deal for Engagement in Fragile States*, um quadro de referência aprovado por mais de 45 países e organizações internacionais durante o 4.º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Busan, Coreia do Sul, em 2011.

Apesar de reconhecer a fragilidade como uma questão central que conduz à instabilidade, à pobreza e às crises políticas, a comunidade internacional não conseguiu apoiar eficazmente a estabilidade nestes contextos. Os princípios do *New Deal* foram reduzidos a instrumentos técnicos, exigindo vontade política para serem adoptados. Vários quadros globais reconhecem o nexo entre as acções humanitárias, de manutenção da paz e de desenvolvimento e a indispensabilidade de enfrentar a fragilidade para a paz global. No entanto, não conseguiram reformar as políticas internacionais que afectam os países frágeis. O *New Deal* tornou-se um discurso de instrumento técnico, quando era suposto prosseguir reformas na cooperação internacional para o desenvolvimento que exigiriam vontade política.

Os desafios enfrentados pelos Estados frágeis não são insuperáveis. Com o apoio internacional correcto e políticas centradas na estabilidade e no desenvolvimento a longo prazo, estes países podem fazer a transição da fragilidade para a resiliência. O g7+ defende várias soluções fundamentais para fazer a diferença nos países frágeis, nomeadamente:

### 1. Apoiar os processos nacionais de diálogo e reconciliação

Os processos de verdade e de reconciliação, que são da responsabilidade e conduzidos a nível nacional, podem ajudar a alcançar a coesão nacional, uma condição essencial para a estabilidade e a prevenção de conflitos. As lições dos países do G7+ e de outros países, como o Ruanda, demonstram a eficácia destes processos. Dados os factores exógenos decorrentes da colonização e da Guerra Fria, os actores internacionais têm um papel indispensável na procura de soluções pacíficas para os conflitos em países frágeis.

Por exemplo, se os Estados Unidos e os seus aliados tivessem dado prioridade ao apoio a um verdadeiro diálogo intra-afegão com o objectivo de salvar a república, o Afeganistão poderia ter tido um resultado diferente. O empenhamento da comunidade internacional numa reconciliação genuína e o apoio a iniciativas de paz lideradas pelo Afeganistão poderiam ter lançado as bases para uma paz e estabilidade sustentáveis, evitando o sofrimento prolongado e o caos que se seguiu.

Isto sublinha a necessidade de os compromissos internacionais estarem genuinamente alinhados com os objectivos de estabilidade a longo prazo dos Estados frágeis, em vez de serem orientados pelas preocupações imediatas de segurança das nações doadoras. Ao centrar-se nas causas profundas dos conflitos e ao apoiar processos de paz inclusivos e conduzidos a nível nacional, a comunidade internacional pode desempenhar um papel transformador, ajudando os Estados frágeis a alcançar uma paz e um desenvolvimento duradouros.

### 2. Visão a longo prazo da autossuficiência e da resiliência

A resolução do problema da fragilidade não pode ser reduzida a uma série de intervenções de curta duração e baseadas em projectos. Embora a ajuda sirva frequentemente de instrumento político para os países doadores, pode ter um enorme impacto se for orientada por uma visão a longo prazo da autossuficiência e do reforço das instituições. A estabilidade e a resiliência nestes países são igualmente do interesse das nações desenvolvidas, mesmo que tenhamos de deduzir a ajuda a interesses nacionais limitados. A

instabilidade e a fragilidade são a principal fonte das crises de refugiados. Conseguir a resiliência das instituições e da governação é um processo moroso que exige um empenhamento sustentado e um planeamento estratégico.

### 3. Apoiar a democracia e a liberdade

Os países frágeis têm uma forte aspiração à liberdade e à democracia. Apesar de reveses como as mudanças de regime no Afeganistão e na Guiné, muitos países frágeis ocupam lugares cimeiros nos índices de liberdade. Os esforços internacionais devem reforçar os meios democráticos de resolução de conflitos e a governação enraizada nas culturas e histórias destes países.

### 4. O multilateralismo é o último recurso para os países frágeis

As instituições e os processos multilaterais são o último recurso para os países afectados por conflitos. No entanto, o domínio das potências mundiais no seio destas instituições tem frequentemente minado os processos e os quadros multilaterais. Embora seja inegável o papel do multilateralismo na resposta aos múltiplos desafios que o mundo enfrenta, é fundamental que as suas políticas incluam vozes dos países menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. A influência das potências mundiais no seio das instituições multilaterais pode distorcer as prioridades e as políticas, deixando frequentemente de lado as necessidades dos países mais vulneráveis. É essencial resolver estes desequilíbrios de poder para garantir que todos os países e, em especial, os países afectados por conflitos, que se encontram entre os mais atrasados, tenham uma palavra a dizer nos processos de tomada de decisão. Este objetivo pode ser alcançado através de reformas que promovam uma maior equidade e transparência no seio destas instituições.

## Conclusão

Há muito que os países frágeis são vítimas da colonização, da Guerra Fria, das guerras por procuração e, actualmente, das alterações climáticas – problemas pelos quais têm pouca responsabilidade. Mesmo durante períodos de relativa paz global, estes países sofreram devido ao legado da fragilidade. A recente fragmentação geopolítica voltou a fazer destes países campos de batalha para disputas hegemónicas. Num mundo interligado, a instabilidade e a fragilidade destes países não ficarão confinadas às suas fronteiras. Por conseguinte, a estabilidade e a paz mundiais dependem do investimento na resiliência destes países. É uma responsabilidade partilhada, especialmente para o Ocidente global, apoiar estes esforços e contribuir para a paz e a estabilidade globais.

O futuro dos Estados frágeis no contexto da “Nova Guerra Fria” está repleto de desafios, mas também de oportunidades. Aprendendo com os erros do passado e adoptando uma abordagem mais inclusiva e proactiva, a comunidade internacional pode ajudar estes países a alcançar a paz e o desenvolvimento. O g7+ continua empenhado em defender as necessidades dos Estados frágeis e em trabalhar para um mundo mais equitativo e estável.

## Conflitos armados e desenvolvimento urbano

SÍLVIA AMARAL

INVESTIGADORA NO CENTRO DE ESTUDOS  
SOBRE ÁFRICA E DO DESENVOLVIMENTO DO ISEG

“ Quando a violência deflagra em zonas rurais, as populações em fuga procuram proteção em centros urbanos ocupados por instituições governamentais e forças de segurança; é uma função ancestral das cidades oferecer refúgio em tempos de guerra. ”

## Um desejo material

O nosso futuro é urbano. Em 2015, quando foram lançados os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável, previu-se que em 2050 dois terços da população mundial habitará em cidades. A urbanização é o processo pelo qual as sociedades rurais se tornam urbanas, através de mudanças demográficas, económicas, ambientais, espaciais e socioculturais: a migração de habitantes do campo para as cidades; a transição de meios de subsistência agrários para economias monetárias baseadas no comércio, serviços ou indústria; o aumento da distância entre os lugares de extração dos recursos e o seu consumo; a expansão de assentamentos e aglomeração de pessoas e infraestruturas; a transição de relações e identidades familiares e étnicas para socialidades heterogêneas e cosmopolitas (Nações Unidas, 2018). Estes processos aconteceram gradualmente no decorrer da história humana, desde o início da agricultura e da sedentarização, ao longo dos períodos feudais, consolidando-se no continente europeu durante a Revolução Industrial. Em meados do século passado começou a aceleração dramática da urbanização das sociedades no chamado “Sul Global”, a partir de cidades ancestrais ou coloniais, que se tornaram capitais dos novos estados independentes e cresceram exponencialmente, e de pequenos centros urbanos que acolheram o êxodo rural resultante das lutas de libertação nacional, dos programas socioeconómicos de ajustamento estrutural e da abertura global à economia de mercado. Por isto se considera que vivemos na “revolução urbana” (Lefebvre, 1970).

Neste contexto, assistimos também à acelerada “urbanização” da guerra. Não é um fenómeno novo, pois ao longo da história as cidades sempre foram quer alvos de cerco e ataque, quer refúgios protegidos, ainda que a maioria dos conflitos fosse de origem rural. Atualmente, com a crescente população mundial a residir em áreas urbanas, por um lado, e por outro, a crescente interdependência económica e ambiental entre estas, as suas áreas metropolitanas e outras regiões do globo, virtualmente qualquer conflito irá afetar cidades, direta ou indiretamente. Pensamos nos casos mediáticos da Ucrânia, da Palestina e da Síria, de onde nos chegam imagens de cidades bombardeadas e urbanitas em êxodo ou tentando sobreviver entre as ruínas: Mariupol, Gaza, Alepo. Menos mediática, mas igualmente pungente é a devastação das guerras civis em Khartoum no

Sudão, Mogadíscio na Somália e Áden no Iémen. Estima-se que 50 milhões de urbanitas sejam direta ou indiretamente afetados por conflitos armados (CICR, 2022).

Se estes são exemplos flagrantes do impacto da guerra em cidades, menos evidentes podem ser as consequências indiretas ou “efeitos colaterais” em zonas urbanas que não sejam palco de confrontos. Nestes casos não haverá mortes e fuga da população urbana, nem destruição física de edifícios e infraestruturas; mas outros impactos latentes poderão condicionar os processos de desenvolvimento e sustentabilidade urbana. Então, seguindo o tema desta edição da *Mundo Crítico*, perguntamos: “De que forma os processos de desenvolvimento urbano são afetados pela guerra e pelos conflitos?”

Quando a violência deflagra em zonas rurais, as populações em fuga procuram proteção em centros urbanos ocupados por instituições governamentais e forças de segurança; é uma função ancestral das cidades oferecer refúgio em tempos de guerra. A possibilidade de anonimato, autonomia e acesso a redes de apoio, serviços públicos, infraestruturas e oportunidades de subsistência atraem a maioria das pessoas deslocadas para as cidades, em detrimento de campos de reassentamento oficiais e da ajuda humanitária neles disponível. Na maioria dos casos, esta estadia na cidade torna-se uma decisão permanente, à parte de agendas políticas sobre a transitoriedade do deslocamento e da insegurança. O novo estilo de vida urbano e a hipótese de melhoria de vida tornam-se fatores de atração, em detrimento das zonas de origem. Esta transição brusca de populações rurais para sociedades urbanas afeta profundamente tanto recém-chegados como residentes das cidades-destino, assim como as suas paisagens, ambiente, socialidades e identidades, economia e governança – o fenómeno denominado de “urbanização induzida por conflito” (Büscher, 2018).

Vagas sucessivas de pessoas deslocadas podem perturbar o equilíbrio (muitas vezes frágil) entre residentes urbanos, autoridades municipais e instituições estatais, e entre pessoas e ambiente, pelo aumento da demanda por serviços públicos e recursos naturais. As paisagens urbanas podem tornar-se conflituosas, sobretudo em territórios onde a maioria dos habitantes reside em assentamentos informais. Os recém-chegados podem instalar-se segundo diretrizes oficiais, laços familiares ou preferências pessoais para mais acesso a oportunidades e serviços, geralmente no centro da cidade, ou mais espaço e preços mais acessíveis nas periferias. Assim, dinâmicas de crescimento espacial



FOTO CEDIDA PELA AUTORA

“ À medida que conflitos armados aceleram transições urbanas, os ecossistemas adjacentes às cidades são pressionados pelo aumento do consumo e a gestão inadequada de recursos e resíduos. ”

e alterações no uso da terra variam em função da densificação ou expansão urbanas. O crescimento abrupto da população sobrecarrega as infraestruturas para habitação, fornecimento de água e energia, saneamento e drenagem, recolha e tratamento de resíduos sólidos, mobilidade, telecomunicações e equipamentos públicos para educação, saúde e lazer, intensificando desafios pré-existentes de administração municipal (CICR, 2020).

À medida que conflitos armados aceleram transições urbanas, os ecossistemas adjacentes às cidades são pressionados pelo aumento do consumo e a gestão inadequada de recursos e resíduos. A superexploração de águas subterrâneas, de terras aráveis e de florestas provoca escassez, esterilidade e desflorestação, levando, em última instância, à perda de biodiversidade. O saneamento e os resíduos sólidos não controlados contaminam o solo e os aquíferos, enquanto o aumento da construção e dos meios de transporte consumidores de combustíveis fósseis intensificam a poluição do ar, a emissão de gases de efeito estufa e os efeitos de ilha de calor. Esta degradação ambiental põe em risco a saúde humana e contribui para a vulnerabilidade à erosão, deslizamentos de terra, inundações, à subida do nível do mar, ciclones e secas. Tais impactos podem afetar de forma desigual os residentes das cidades, incidindo sobre grupos marginalizados de baixos rendimentos e pessoas deslocadas pela guerra, que se instalem em zonas ambientalmente desadequadas para habitação. E serão mais disruptivos em municípios secundários com carência de quadros técnicos, recursos financeiros e autonomia governamental para planear com eficiência os processos de urbanização. Ao mesmo tempo, cidades pequenas com comunidades unidas e fortes conexões com o interior rural também podem ser terrenos férteis para a iniciativa comunitária, a educação ambiental, a resiliência climática e a sustentabilidade (Bera et al, 2023).

Conflitos armados no tempo reconfiguram sociabilidades urbanas, que mudam devido a grandes influxos populacionais, ao trauma coletivo e a perturbações regionais. Com frequência são as famílias e comunidades a suportar os encargos de acolher e sustentar os parentes deslocados, sobretudo se a ajuda oficial é postergada por motivações políticas, burocráticas ou logísticas – as relações de parentesco e sociais tornam-se vitais em tempos difíceis. No entanto, solidariedade, aceitação e caridade coexistem com suspeitas e desconfianças decorrentes de percepções de ameaça à coesão social; os recém-chegados podem enfrentar dificuldades de integração e pertença, e sofrer discri-

minação e exclusão, especialmente se a assistência humanitária for direcionada apenas para as pessoas deslocadas e negligenciar as famílias e comunidades de acolhimento, que muitas vezes já enfrentam dificuldades e pobreza antes da deflagração do conflito. Ao mesmo tempo, guerra e deslocamentos forçados também podem tornar-se veículos para a mobilidade social ascendente para residentes e pessoas deslocadas, através de novas relações, oportunidades de educação e de emprego. Em geral, os habitantes urbanos são étnica e culturalmente heterogêneos e partilham estilos de vida cosmopolitas baseados na iniciativa individual, liberdade, secularidade e abertura à diversidade. No entanto, em cidades pequenas, essas identidades podem coexistir com atributos rurais de parentesco, etnia, religião e coletivismo. Em tempos de guerra, estas identidades sociais podem tornar-se linhas divisórias para a mobilização política e a distribuição de recursos, e ser agravadas pela chegada massiva de população rural deslocada (Oldenburg, 2018; Büscher & Mathys, 2018).

Os conflitos armados alteram as economias urbanas. À medida que a violência assola territórios rurais, a produção rural e o consumo urbano, interdependentes, são perturbados: a agricultura e a pesca param devido à insegurança e à fuga das populações; as redes comerciais e rotas de abastecimento são interrompidas. Os meios de subsistência rurais tornam-se precários e os mercados urbanos enfrentam o aumento da procura e a escassez de produtos, e a consequente subida dos preços. Populações repentinamente infladas podem recorrer à agricultura de subsistência em espaço urbano para garantir a segurança alimentar e aliviar a pobreza, e compensar oportunidades limitadas de emprego através de atividades económicas informais. Ao mesmo tempo, a urbanização induzida por conflito também pode favorecer o crescimento económico: novas formas de acumulação de capital e lucro surgem em mercados imobiliários prósperos, como resultado do aumento da procura de terra e alojamento; indivíduos empreendedores encontram novas perspectivas de negócios; a emergência de uma indústria humanitária traz capital externo, cria empregos e gera procura de propriedades, bens e serviços. Estas condições impulsionam a economia local, criam riqueza e facilitam a mobilidade social ascendente entre os habitantes urbanos. A guerra aumenta, assim, a desigualdade económica e social urbana (Jenkins, 2013; Peyton, 2018).

A gestão urbana é moldada pela interação entre as autoridades municipais, respon-

sáveis pela regulação das instituições administrativas, do planeamento e da prestação de serviços; a sociedade civil, incluindo cidadãos comuns, empresas privadas e associações comunitárias; e o governo central, que estabelece leis e políticas nacionais. Os diferentes graus de iniciativa e ação formal e informal destes participantes na vida diária definem as dinâmicas da governança urbana. A (des)centralização do poder decisório e financeiro a partir do estado impacta determina a autonomia das autoridades municipais. Muitas vezes, o alinhamento da representação política com etnia e religião supera as identidades nacionais nos processos de formação e reprodução do estado, sobretudo em cidades provinciais que podem ser negligenciadas pelo governo central. Conflitos armados aprofundam estas linhas de fragmentação, em função das retóricas oficiais relativas aos residentes urbanos e às pessoas deslocadas. Para além disso, a guerra traz novos atores locais e estrangeiros para a arena urbana, incluindo forças militares, milícias paramilitares, agências humanitárias e associações de solidariedade, muitas vezes com agendas contraditórias. Isto justapõe camadas de complexidade às já intrincadas relações de autoridade e iniciativa local, configurando as paisagens urbanas, sociabilidades, economias e governança. O humanitarismo torna-se assim uma dimensão da urbanização induzida por conflitos (Beall & Goodfellow, 2014; Büscher et al, 2018).

Em suma, a guerra transforma as características espaciais, ambientais, sociais, económicas e políticas das cidades e das suas regiões metropolitanas, acelerando processos de urbanização de modo produtivo e destrutivo. O potencial das oportunidades emergentes desta aceleração para o desenvolvimento urbano sustentável reside em ações conjuntas entre a sociedade civil, as autoridades municipais e as instituições estatais, o que realça o papel crucial da descentralização do poder político.

No continente africano, os processos de urbanização têm sido mais tardios e rápidos do que em outras regiões. Embora semelhantes às cidades em todo o mundo, os centros urbanos africanos exibem características próprias resultantes de legados coloniais e práticas neoliberais de extrativismo, aliadas à pouca industrialização, o que resultou num crescimento económico limitado. O rápido aumento das populações urbanas, atraídas pelo potencial de oportunidades socioeconómicas, e a escassez de empregos conduziram à informalidade, à migração circular com o interior rural para otimizar meios de subsistência, resultando em receitas fiscais frágeis para investimentos



FOTO CEDIDA PELA AUTORA

“ Se gerida oportunamente por todos os intervenientes responsáveis, a urbanização induzida por conflito é uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável das sociedades africanas. ”

municipais, e em infraestruturas insuficientes para habitação e distribuição de serviços. A interdependência com o interior rural, as relações sociais impregnadas de ruralidade e formas híbridas de governança entre autoridades costumárias e instituições estatais são características deste fenómeno de “urbanização informal”. A expansão rápida e não planeada exacerba a vulnerabilidade ambiental em assentamentos precários em áreas propensas a riscos ecológicos (Fay & Opal, 1999; Pieterse & Parnell, 2014).

Entre os vários motores de urbanização das sociedades africanas estão os conflitos armados de origem rural, guerrilhas e violência militar, desde as lutas de libertação nacional, as guerras civis após as independências e os conflitos atuais de origem extremista religiosa ou reacionária a permanências neocoloniais. Estes conflitos transformam os centros urbanos à medida que vagas de populações rurais em fuga neles buscam proteção e subsistência. Este é o caso de Pemba, a capital e principal cidade da província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. Desde o início de uma insurgência armada em 2017, que se espalhou pelo nordeste província, Pemba tem sido o principal destino para as pessoas deslocadas. Em apenas cinco anos a população da cidade duplicou de 201.846 habitantes para mais de 420.000 (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, 2017; Organização Internacional para as Migrações, 2022).

Académicos moçambicanos e internacionais relacionam as origens deste conflito com uma política económica de extrativismo e trabalho forçado com séculos de existência no norte de Moçambique, agravada pela negligência estatal e subinvestimento estrutural desde a independência; elites nepotistas e alienação política com base na etnia e religião; expropriações pouco escrupulosas e marginalização de comunidades rurais; pobreza generalizada, falta de perspectivas de vida decente e desconfiança em relação às autoridades governamentais, sobretudo entre os jovens. Este descontentamento crescente tem sido explorado, desde o final dos anos 2000, por extremistas islâmicos locais e estrangeiros para iniciar uma “jihad” contra o estado de Moçambique, cuja retórica oficial ignora os agravos locais focando-se na desestabilização externa e no terrorismo. Até agora, esta violência resultou na destruição de aldeias, infraestruturas e terras agrícolas; em recrutamentos forçados e sequestros; na perda de milhares de vidas; em traumas físicos e psicológicos; e em cerca de um milhão de deslocados, quase metade da população da província, dos quais a maioria são mulheres e crianças (Feijó & Orre,

2024; Cabo Ligado, 2024).

Em Pemba, este aumento demográfico massivo e abrupto tem acelerado processos de urbanização, desencadeado contendas sobre uso e posse de terra, recursos naturais, infraestruturas, meios de subsistência e de governança, sobretudo quando as famílias deslocadas passam de um refúgio temporário a um reassentamento permanente. Estas mudanças são ainda mais transformadoras em países agrários tardiamente urbanizados, como Moçambique, onde só um terço da população é considerada urbana, e cuja maioria são residentes informais dependentes de trabalhos temporários e agricultura de subsistência (Pieterse, 2017; Club of Mozambique, 09/01/2023). Não obstante, se gerida oportunamente por todos os intervenientes responsáveis, a urbanização induzida por conflito é uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável das sociedades africanas.

## Referências

- Beall, J., Goodfellow, T. (2014). Conflict and Post-War Transition in African Cities. In Parnell, S., & Pieterse, E. (eds.) *Africa's Urban Revolution*. Zed Books. ISBN 9781780325217
- Bera, B. et al (2023). Urbanization and Its Impact on Environmental Sustainability: A Comprehensive Review. *Harbin Gongcheng Daxue Xuebao/Journal of Harbin Engineering University*. 44. 1310-1318. ISSN: 1006-7043. [harbinengineeringjournal.com/index.php/journal/article/view/1054/736](http://harbinengineeringjournal.com/index.php/journal/article/view/1054/736)
- Büscher, K. (2018). African cities and violent conflict: the urban dimension of conflict and post conflict dynamics in Central and Eastern Africa. *Journal of Eastern African Studies*, 12:2, 193-210. doi.org/10.1080/17531055.2018.1458399
- Büscher, K., Mathys, G. (2018). War, Displacement and Rural-Urban Transformation: Kivu's Boomtowns, Eastern D.R. Congo. *The European Journal of Development Research*. 31. doi.org/10.1057/s41287-018-0181-0
- Büscher, K. et al (2018). Humanitarian urbanism in a post-conflict aid town: aid agencies and urbanization in Gulu, Northern Uganda. *Journal of Eastern African Studies*. 12. 1-19. doi.org/10.1080/17531055.2018.1456034
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (2020). *Displaced in Cities: Experiencing and Responding to Urban Internal Displacement Outside Camps*. [shop.icrc.org/displaced-in-cities-experiencing-and-responding-to-urban-internal-displacement-outside-camps-pdf-en.html](http://shop.icrc.org/displaced-in-cities-experiencing-and-responding-to-urban-internal-displacement-outside-camps-pdf-en.html)
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (2022). *Present and Engaged: How the ICRC responds to armed conflict and violence in cities*. [shop.icrc.org/present-and-engaged-how-the-icrc-responds-to-armed-conflict-and-violence-in-cities-pdf-en.html](http://shop.icrc.org/present-and-engaged-how-the-icrc-responds-to-armed-conflict-and-violence-in-cities-pdf-en.html)
- Fay, M., Opal, C. (1999) *Urbanization Without Growth: A Not-so-Uncommon Phenomenon*. SSRN – Elsevier. [ssrn.com/abstract=632483](http://ssrn.com/abstract=632483)
- Feijó, J., Orre, A. (2024). Domination, Collaboration and Conflict in Cabo Delgado's History of Extractivism. *Kronos* 50 (1):1-29. doi.org/10.17159/2309-9585/2024/v50a1
- Henri Lefebvre (1970). *The Urban Revolution*. Traduzido por Robert Bonnono, University of Minnesota Press. Jenkins, P. (2013) *Urbanization, Urbanism, and Urbanity in an African City: Home Spaces and House Cultures*. Palgrave Macmillan New York. doi.org/10.1057/9781137380173

Nações Unidas (2018). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais. doi.org/10.18356/b9e995fe-en.un-ilibrary.org/content/books/9789210043144

Oldenburg, S. (2018). Agency, social space and conflict-urbanism in eastern Congo. *Journal of Eastern African Studies*. 12. 1-20. doi.org/10.1080/17531055.2018.1452552

Organização Internacional para as Migrações (2022). Northern Mozambique crisis mobility tracking assessment – round 17, November 2022. *IOM Displacement Tracking Matrix*. dtm.iom.int/reports/mozambique-mobility-tracking-assessment-report-17-november-2022

Peyton, D. (2018). Wartime speculation: property markets and institutional change in eastern Congo's urban centers. *Journal of Eastern African Studies*. 12.1-21. doi.org/10.1080/17531055.2018.1452554

Pieterse, E., Parnell, S. (2014). Africa's urban revolution in context. In Parnell, S., & Pieterse, E. (eds.) *Africa's Urban Revolution*. Zed Books. ISBN 9781780325217

Pieterse, E. (2017). The City in Sub-Saharan Africa. In: Short, J.R. (ed.) *A Research Agenda for Cities*. Edward Elgar Publishers. doi.org/10.4337/9781785363429.00027

### Páginas Web

Cabo Ligado: [www.caboligado.com/dashboard](http://www.caboligado.com/dashboard)

Club of Mozambique: [clubofmozambique.com/news/escape-stories-in-cabo-delgado-the-changes-in-pemba-dw-231506/](http://clubofmozambique.com/news/escape-stories-in-cabo-delgado-the-changes-in-pemba-dw-231506/)

Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Censo 2017: [ine.gov.mz/web/guest/censo-2017](http://ine.gov.mz/web/guest/censo-2017)

Modos  
de ver



# Um Mundo de Muros

LALO DE ALMEIDA

Um mundo cada vez mais interligado está a erguer muros e vedações para manter afastados aqueles que considera indesejáveis. Existiam cerca de 17 barreiras físicas entre países em 2001; actualmente, esse número subiu para mais de 70.

Algumas delas reforçam as fronteiras. Outras dividem a mesma população. Algumas procuram travar o fluxo de refugiados. Outras escondem a pobreza ou a desigualdade.

A construção de muros é o sinal mais evidente do crescimento do ultranacionalismo, da xenofobia e da intolerância, num mundo cada vez mais desigual.

Este projecto mostra como estas barreiras tiveram impacto na vida de pessoas e comunidades em 4 continentes.





ISRAEL | PALESTINA



ISRAEL | PALESTINA

ISRAEL | PALESTINA



ISRAEL | PALESTINA



MÉXICO | ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

MÉXICO | ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA





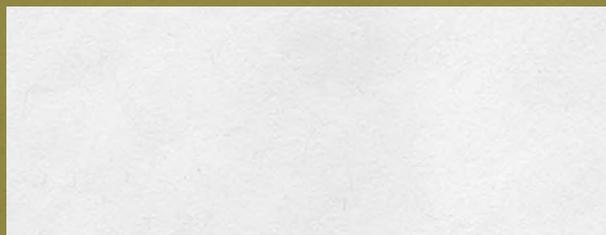
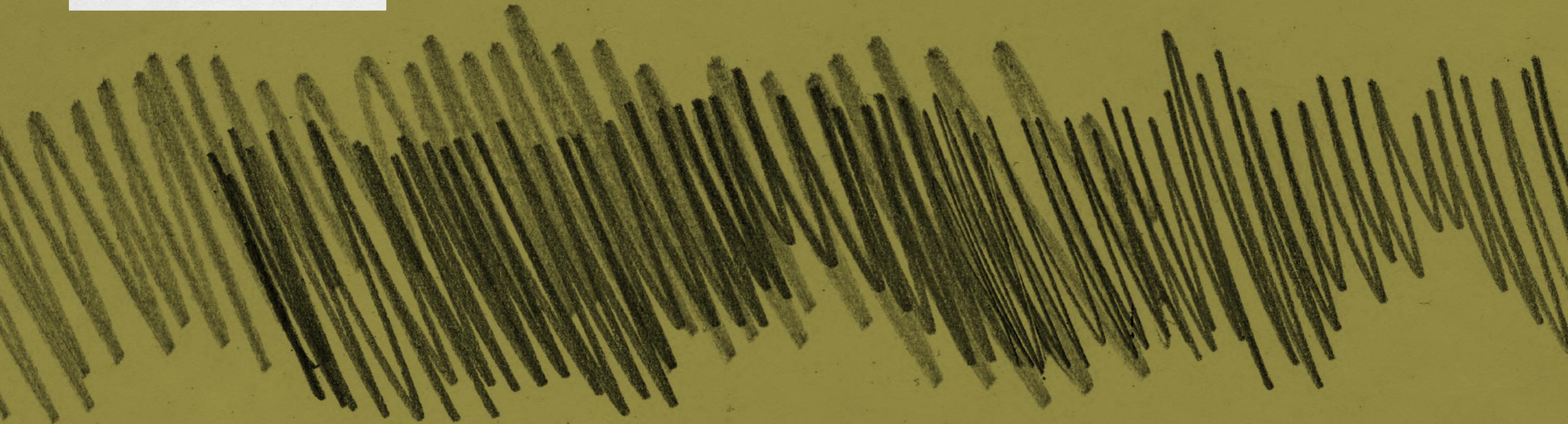
MÉXICO | ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

QUÊNIA | SOMÁLIA





Narrativas



# Conflitos relacionados com a água aumentaram nos últimos anos

ANTÓNIO RODRIGUES, JORNALISTA NO PÚBLICO  
FOTOGRAFIAS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Naquele dia, um animal pertencente a um criador *choa* muçulmano escorregou e caiu no charco que um agricultor *mogum* tinha escavado para conter a água e afogou-se. Os pastores pegaram em armas para vingar a morte da preciosa cabeça de gado e a guerra desencadeada terminou nove dias depois com 32 mortos, 19 aldeias queimadas e 11 mil pessoas em fuga para o Chade.

A tensão em torno da água é permanente naquela zona do rio Logone, um afluente do rio Chari que faz parte da bacia do cada vez mais reduzido lago Chade. As alterações climáticas têm aumentado os períodos de seca e, numa zona já pobre por si só, vieram aumentar as escaramuças entre os pastores de origem árabe e os agricultores e pescadores de origem afro-asiática.

Aquela guerra de Agosto de 2021 voltou meses mais tarde, em Dezembro, quando uma manada propriedade de um *choa* atravessou um terreno cultivado e destruiu algumas colheitas de um agricultor *mogum*. Mais duas semanas de

guerra aberta redundaram em 44 mortos, 111 feridos, 122 aldeias destruídas e mais de 85 mil refugiados no Chade e 15 mil deslocados internos.

Com 2,2 mil milhões de pessoas no mundo sem acesso a água potável e 3,5 mil milhões sem acesso a saneamento gerido de forma segura, de acordo com o último relatório das Nações Unidas (*UN World Water Development Report 2024*), no meio de um planeta cujos eventos climáticos extremos não param de aumentar e em que a água se vai tornando bem escasso em algumas regiões, não estranha que a tensão em redor da questão da água tenha aumentado nos últimos anos.

Nos últimos 60 anos registaram-se 1800 disputas internacionais relacionadas com recurso hídricos, número que tem vindo a aumentar nas últimas décadas: entre 2014 e 2023 foram 1060 casos,

≥



671 de 2019 a 2023, de acordo com números divulgados no final do ano passado pelo Pacific Institute. Oito em cada dez incidentes registaram-se na Ásia e em África.

Muitas fontes de água potável transcendem fronteiras internacionais, a maior parte delas geridas por cooperação entre governos. Desde 1948, foram assinados cerca de três centenas de acordos para gestão de recursos hídricos. Mesmo assim, há zonas onde as águas transfronteiriças são fonte de conflito, como a bacia do Nilo, na África Oriental, de onde o Nilo Branco e o Nilo Azul correm para o Mediterrâneo. O Egipto reclama o direito à maioria da água do Nilo com base em tratados antigos, ainda do tempo colonial, que outros Estados ribeirinhos se recusam a aceitar por não terem sido parte nos mesmos.

Desde que os etíopes começaram a construir a Barragem do Renascimento da Grande Etiópia

em 2011 que Adis Abeba tenta negociar com os governos de Egipto e Sudão o uso das águas do Nilo, sem sucesso. A última ronda falhada de negociações, realizada este ano, terminou com o Cairo a afirmar que se reserva o direito a “defender a sua segurança nacional”, tendo em conta a importância do rio para o país, contava o *site* Climate Diplomacy.

“A escassez de água não só alimenta as tensões geopolíticas, como também constitui uma ameaça para os direitos fundamentais no seu conjunto, por exemplo, ao prejudicar consideravelmente a posição das raparigas e das mulheres”, dizia em Março Audrey Azoular, directora da UNESCO, a agência da ONU encarregada de elaborar o relatório sobre a água.

O ano passado, a UNICEF falava em 190 milhões de crianças em dez países africanos em perigo por causa da convergência de três ameaças relacionadas com a água, o chamado ASH: falta de acesso a água potável, a saneamento básico e higiene desadequada. Entre os dez, figura os Camarões. Os outros são Benim, Burkina Faso, Chade,

Costa do Marfim, Guiné-Conacri, Mali, Níger, Nigéria e Somália. Muitos deles, sobretudo na região do Sahel, enfrentam também a instabilidade relacionada com a presença activa de grupos jihadistas.

“África enfrenta uma catástrofe hídrica. Embora os choques relacionados com o clima e a água

tenham aumentado a nível global, em nenhum outro lugar do mundo os riscos se agravam de maneira tão grave para as crianças”, dizia Sanjay Wijesekera, então director de Programas da UNICEF e hoje director regional da agência para o Sudoeste Asiático.

No longo historial de conflito entre a Índia e o Paquistão desde a emergência das duas nações do fim do Império Britânico em 1947, os 720 quilómetros do rio Ravi, fronteira natural entre os eternos inimigos, tem sido usado pela Índia “como arma política para provocar

≥



problemas hidrológicos no Paquistão, mais especificamente, em Lahore”, escrevia no mês passado na Eurasia Review a paquistanesa Muskan Muazzam.

A gestão das águas está regulamentada pelo Tratado Sobre a Água do Indo, assinado pelos dois países com mediação do Banco Mundial em 1960, mas quando mais vozes do nacionalismo hindu indiano reclamam a retirada unilateral do tratado, aumentando a possibilidade de nova refrega entre as duas potências nucleares, uma delegação de 40 especialistas deslocou-se ao território indiano de

Jamu e Caxemira com o objectivo de inspeccionar projectos de centrais hidroeléctricas no Ravi (Pakal Dur e Baixo Kalnai e Kishenganga e Ratle no vale do Chenab).

Para os paquistaneses, que punham os pés na região pela primeira vez desde 2019, era uma oportunidade para comprovar se os projectos de exploração do rio para produção de energia eléctrica estavam em conformidade com o tratado.

Islamabad levanta objecções aos projectos desde 2016 e pediu a intervenção do Tribunal Arbitral, a Índia quer resolver a questão através de um especialista neutral. Em Outubro de 2022, o Banco Mundial nomeou Michael Lino como especialista neutral e Sean Murphy para liderar o Tribunal Arbitral que já se reuniu duas vezes, sem que a Índia tenha mudado a sua posição.

No entanto, como escreve o site The Diplomat, esta visita “sublinha a importância da cooperação regional para enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas”, nomeadamente numa zona do planeta onde vivem mais de mil milhões de pessoas e que “é uma das regiões mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas”. O rio Ravi pode ser um exemplo, positivo ou negativo, dependendo de como evolui a situação dos dois

países habituados a explorar o ódio ao inimigo como argumento de política interna: mas a visita é um bom sinal de apaziguar do conflito.



# A África que apesar do desespero, procura soluções

FRANCISCO SENA SANTOS  
JORNALISTA

Todos constamos, por evidência, que o planeta está na fase mais violenta de conflitos armados ativos, com derramamento de sangue, destas últimas décadas. Provavelmente, desde a Segunda Guerra Mundial. O *Conflict Data Program*, de Uppsala, na Suécia, estima que foram mais de 238 mil as mortes, só no ano 2022, causadas pela violência em diversas regiões do mundo de forças militares ou gangues.

África tem sempre muito negligenciada pelos grandes grupos de notícias. É, no entanto, o continente mais sofredor com essa violência armada e a que decorre das condições naturais agravadas pela crise climática.

Há uma imensa região africana em estado de emergência: vai, numa extensa faixa horizontal, da costa atlântica na barriga mais ocidental do continente ao mar Vermelho, e é devido acrescentar-lhe uma outra faixa, esta vertical, que se estende da Somália à região dos Grandes Lagos, com raras exceções, como o Quênia.

Seis países da África ocidental e central sofreram nos últimos quatro anos 11 tentativas de golpe de estado, oito das quais consumadas.

O Níger, o Burkina Faso e o Mali são três desses países, onde as juntas militares que tomaram o poder tratam de imediatamente abafar qualquer voz crítica que se levante. Quanto mais os meses passam, mais as prisões se enchem de opositores que ousaram manifestar-se em modo que irrita os golpistas. São países onde a liberdade de expressão está encerrada – as rádios e o digital eram as últimas tribunas por onde passava a denúncia crítica da realidade, mas os novos mandantes arranjam modo para as apagar, nem que seja através da eliminação de que as alimentava.

Todas estas vastas regiões são lugares dramáticos de êxodo, com multiplicação de campos de refugiados, muito deles improvisados, precários, com aglomerados de cabanas de lona e a madeira local que arranjam.

≥



A guerra é a causa principal e mais urgente desses êxodos. O conflito do Tigray, a guerra mais sangrenta deste século XXI, com (cálculo da União Europeia) mais de 600 mil civis mortos entre 2020 e 2022, apesar do acordo de cessar-fogo há ano e meio, não é coisa do passado e as ameaças e os sofrimentos subsistem. Este conflito etíope eclodiu em novembro de 2020, quando o engenheiro informático, militar e primeiro-ministro da Etiópia, Abiy Ahmed Ali, ano e meio depois de ter sido distinguido com o Nobel da Paz pela pacificação do país, abriu uma guerra contra a Frente de Libertação do Povo do Tigray, dominante no norte do país. Seguiram-se quase dois anos de massacres, documentados pela ONU, com o regime de Abiy Ahmed a impedir a entrada de ajuda humanitária. A documentação da ONU registra milhares de histórias de abuso e arrepiante violência sexual. Estima-se que

só na Etiópia estejam 26 milhões de pessoas carentes de assistência humanitária. A maior parte com fome e sede, quase todas com falta de cuidados de saúde.

O *jihadismo* é o último fator importando a agravar o sofrimento em vastas artes destas regiões de África.

A crise climática agrava seriamente o desespero das populações, com disputa pelos muito escassos recursos hídricos e esgotamento dos pastos. Junta-se o disparado crescimento demográfico com falta de qualquer esperança de vida melhor na região. Assim avança a atração por várias filiais de grupos *jihadistas* ou a entrada, na ânsia de esperança, num outro inferno sobre a terra, as rotas da emigração, com travessia do Sahel, à mercê de gangues armados e traficantes de seres humanos, com o desejo principal de chegada à borda sul do Mediterrâneo para ali começar outra aventura, a travessia do mar que é fronteira da Europa.

Apesar de tanta adversidade, há quem trate de melhorar as condições para viver na sua terra africana. O arquiteto Diébédo Francis

Kéré (Gando, Burkina Faso, 1965), distinguido em 2022 com o prémio Pritzker, o mais prestigiado prémio de arquitetura, a par de projetar edifícios admirados em cidades do mundo mais desenvolvido, tratou de cuidar lugares como aquele onde nasceu e começa a transformar a arquitetura do continente africano. Constrói casas e outros edifícios sustentáveis, com regresso às raízes, recurso a matéria prima de cada lugar (o barro é a base mais frequente) e envolvimento das pessoas de cada comunidade. Kéré: cultiva uma estratégia: pensar com toda a gente antes de começar a fazer.

Essa transformação começou com a construção de uma escola na terra natal, Gando, no Burkina. É uma escola construída com base em barro, com atualização dos

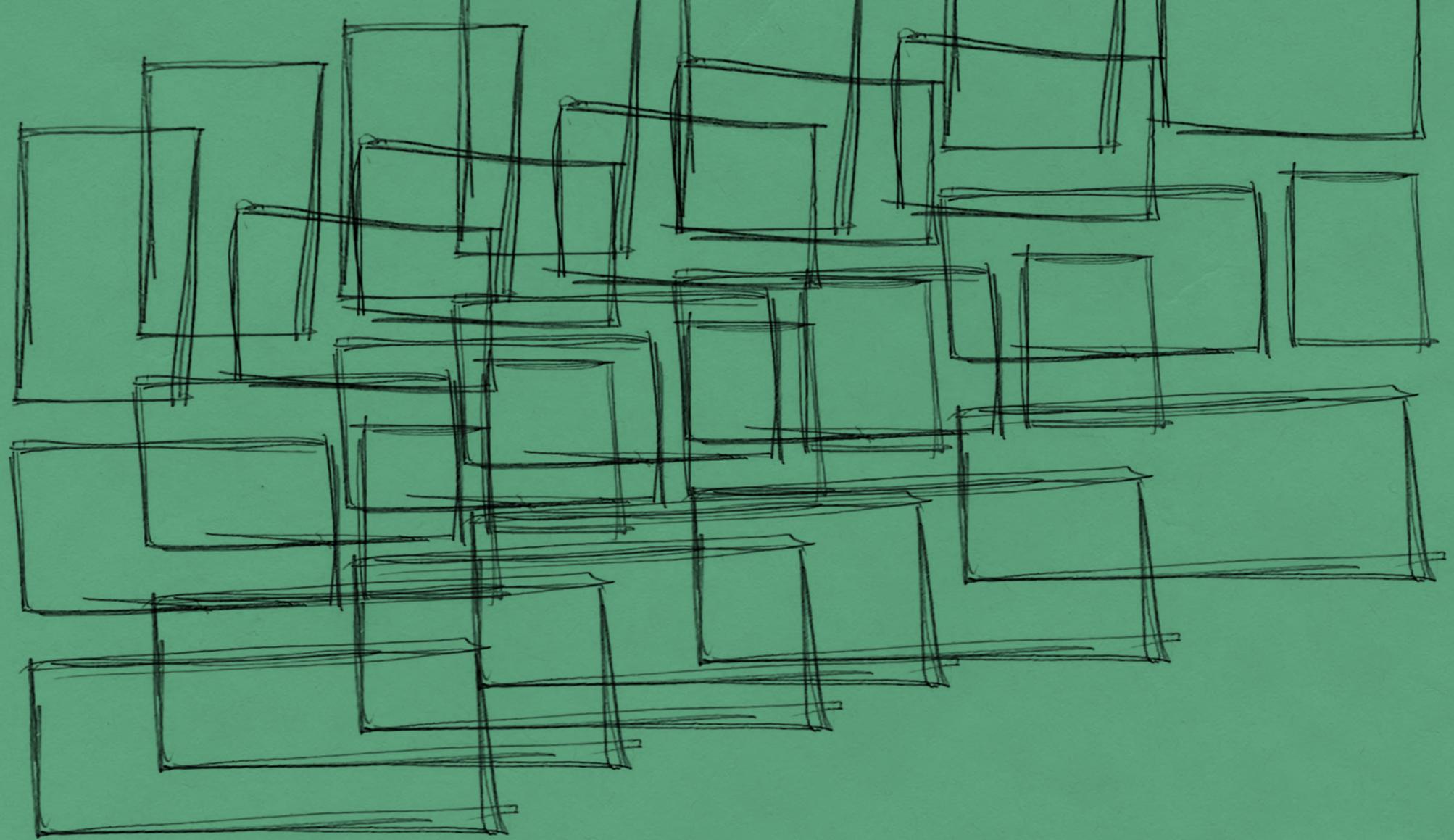
modos tradicionais de construir e aplicação de soluções bioclimáticas como o teto elevado com aberturas para ventilar a atmosfera do lugar exposto a temperaturas caniculares. Também no Burkina, em Léo, levantou uma clínica, feita com ladrilho e terra compactada. É um edifício modular que tem sido continuamente ampliado.

Várias outras construções estão a avançar com este mesmo modelo de Kéré em outros lugares de África: cuidando de pensar com envolvimento de todos, antes de começar a fazer.

É assim que alguns lugares de África estão na vanguarda mundial da adaptação à emergência climática.

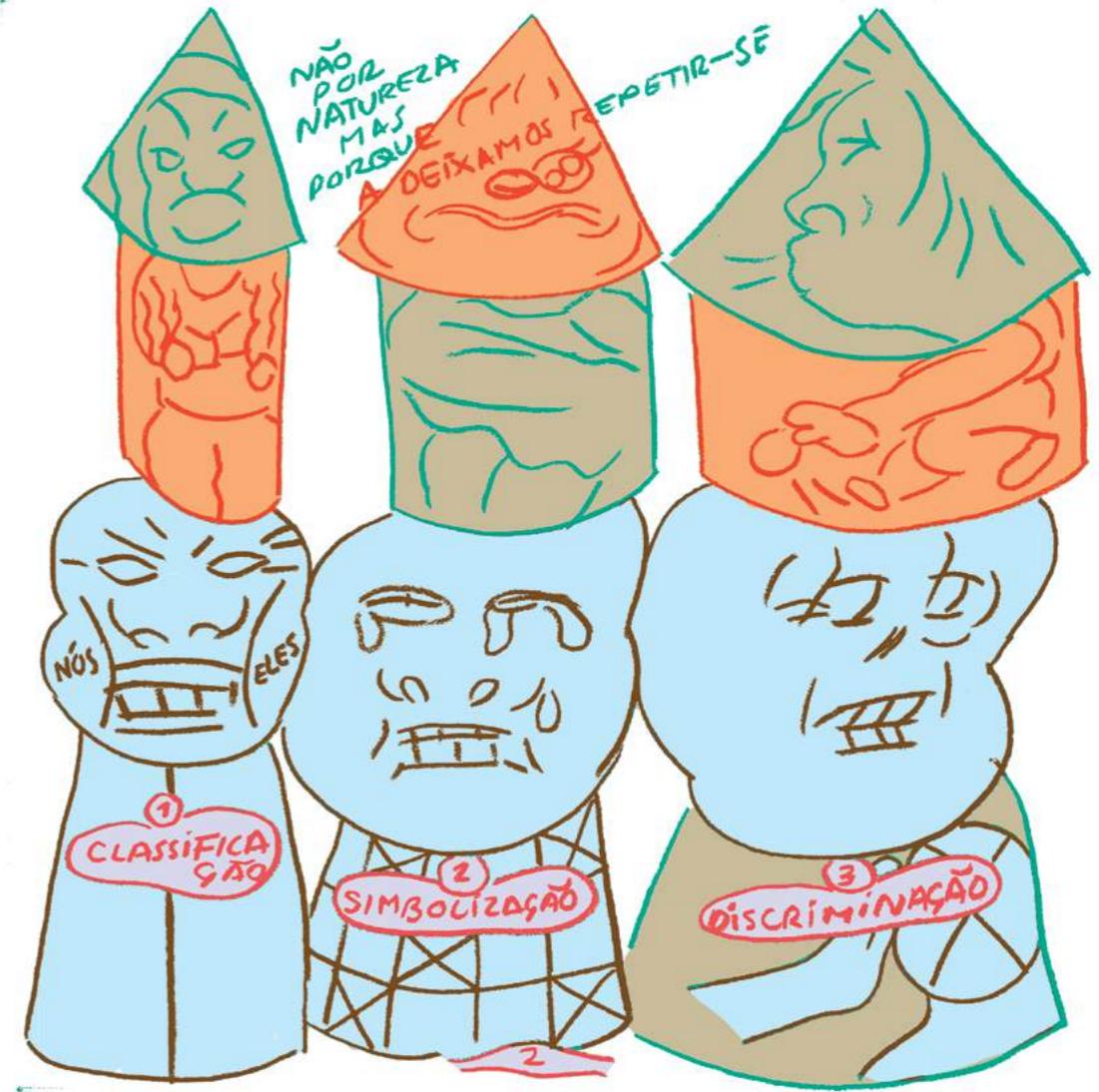


Ecos  
gráficos



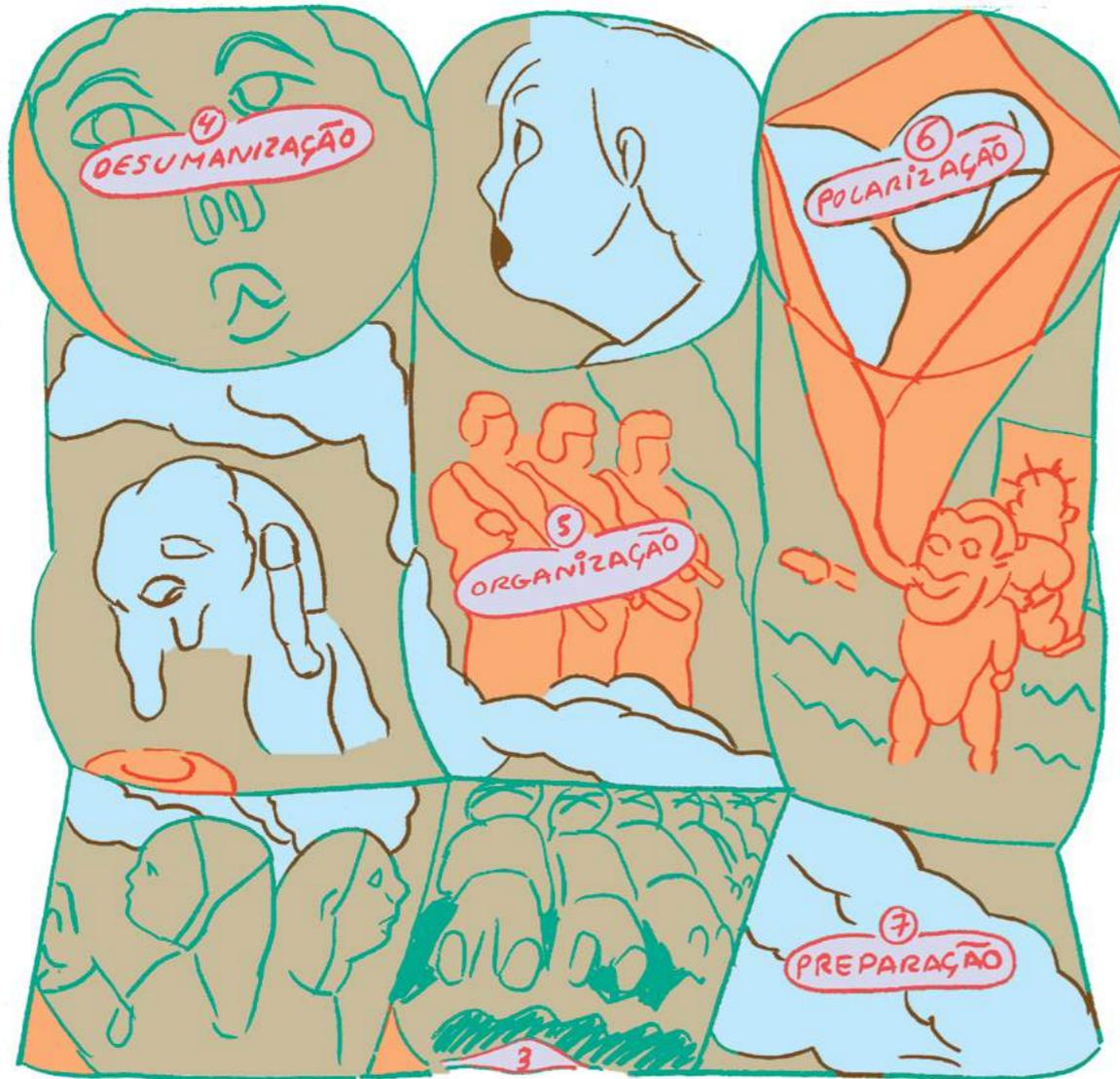
# AS DEZ FASES DO GENOCÍDIO

RITA MOTA



# AS DEZ FASES DO GENOCÍDIO

RITA MOTA



# Escaparate

## A Ditadura Adaptada ao Século XXI – Como os Novos Tiranos se Reinventaram



Sergei Guriev  
e Daniel  
Treisman,  
Ed. Desassossego,  
Fevereiro de 2024

CARLOS SANGREMAN

*A ditadura adaptada ao século XXI* é um livro escrito por Sergei Guriev e Daniel Treisman que explora como os regimes autoritários se adaptaram e evoluíram para se manterem no poder na era moderna. A partir da ação perscrutadora Lee Kuan Yew em Singapura entre 1959 e 1990, os autores anali-

sam as estratégias utilizadas por esses regimes para se manterem no contro-le, adaptando-se a um mundo cada vez mais interligado por via de um acesso enorme, instantâneo e de baixo custo à informação e a uma subida maciça do nível de instrução da população. Realçam que apenas a Coreia do Norte e a Eritreia ainda mantêm uma linha isolacionista. Os restantes regimes autoritários, ditaduras ou não, utilizam tecnologia, propaganda, contro-le de jornais e televisão ao abrigo de legislação aprovada e outras táticas para reprimir a oposição e manter o poder. Mas todos realizam eleições mais ou menos manipuladas.

Também se encontram exemplos de contradições do mesmo poder (Putin e Chavez, por exemplo) que variam as políticas de contro-le entre mais e menos repressivas conforme a situação política e económica em que se encontram. Ou mantêm para o país um discurso anti-Occidente, mas continuam a negociar externamente acesso a mercados e ajuda internacional. Isto porque as relações com o exterior podem assumir vertentes que nunca surgem nos espaços nacionais, se tal for conveniente para a imagem

externa do regime ou do ditador.

O livro salienta que esta é uma tática perigosa para ditadores. Isto porque as eleições podem não correr de feição (refere o caso da Turquia de Erdogan). Ou porque querer apoio de outros países que não têm regimes desse tipo leva inevitavelmente a uma exposição para a sua própria população que lhe pode ser fatal (refere Viktor Orbán da Hungria e os irmãos gémeos Lech e Jarosław Kaczyński da Polónia no contexto da União Europeia).

O livro tem muitos exemplos além de Singapura. Se olharmos apenas para os países africanos pode referir-se o Uganda e o Zimbabwe, com censura digital e limitação do acesso à internet, e dificuldades para a oposição verificar a honestidade das eleições como em Angola. Refere também a repressão a jornalistas na Tanzânia e, (podemos acrescentar) também podia ter referido esse aspecto na Guiné-Bissau de Umaru Sissoko Embaló. O Ruanda de Paul Kagame é citado como um exemplo de um ditador moderno que utiliza métodos sofisticados de contro-le, incluindo a manipulação dos meios

de comunicação sociais, a censura, e a repressão subtil para manter o seu poder. Para os países com petróleo ou o gás natural ou os diamantes/ouro/urânio a corrupção é uma ferramenta comum utilizada por muitos regimes para manter a elite leal e dependente do governo. A Nigéria, por exemplo, tem lutado contra a corrupção endêmica que permeia todos os níveis do governo sempre com um sucesso muito relativo.

Tem uma extensa bibliografia (págs.297 a 348 na edição portuguesa) pois os autores fazem questão de explicar muito bem a metodologia que seguiram.

O livro oferece uma visão perspicaz, fundamentada e detalhada sobre o funcionamento interno dos regimes autoritários contemporâneos, tenham a designação de ditaduras ou não, e como eles se adaptaram às mudanças do século XXI. É uma leitura essencial para aqueles interessados em política, direitos humanos e governança global.

## A Grande Guerra pela Civilização – A conquista do Médio Oriente



Robert Fisk,  
*Edições 70, 2.<sup>a</sup> edição, Janeiro de 2009*

1232 páginas

ANA FILIPA OLIVEIRA

Quando era criança, o jornalista britânico Robert Fisk percorria todos os anos os campos de batalha da I Guerra Mundial, acompanhado pelo pai, que foi soldado no conflito e lutou nas trincheiras de França. Quando faleceu, o filho herdaria todas as medalhas, entre as quais se destacava precisamente a condecoração da Grande Guerra, cujo reverso tinha

inscrito “A Grande Guerra pela Civilização” – e que Fisk recuperaria para título deste livro.

Foi em 1976, durante umas férias em Porto Covo (em Portugal), onde se encontrava a cobrir os acontecimentos pós-revolução, que Robert Fisk recebeu o convite que mudaria a sua vida: “Eu tinha 29 anos e estavam a oferecer-me o Médio Oriente”, escreveu no prefácio de *A Grande Guerra pela Civilização*. O editor do *The Times* precisava de substituir o correspondente e lembrou-se do jovem jornalista de assuntos internacionais. Desde então, Robert Fisk viveu a história em directo, por mais de três décadas, a partir do centro do mundo.

Viria a viver, a partir de 1976, em Beirute, no Líbano, e foi um dos primeiros repórteres internacionais a denunciar o massacre de Sabra e Chatila, bem como o massacre de Hama, na Síria. O seu primeiro livro – *Pity the Nation* – fala precisamente sobre os acontecimentos e é uma obra fundamental para perceber o Líbano.

Além de Beirute, esteve no Afeganistão, onde assistiu à invasão pela União Soviética, estava na linha da frente quando Saddam Hussein entrou no Irão, em 1980 e no Líbano nas

duas vezes que os israelitas invadiram o país e, mais tarde, na Palestina quando Israel proclamou guerra para “limpar a terra do terrorismo”. Cobriu ainda o conflito na Argélia e a Guerra do Golfo de 1991, quando Saddam invadiu o Kuwait. Esteve na Bósnia, onde encontrou sérvios a lutar pelo que chamavam a “civilização sérvia”. “Ao contrário do meu pai, fui para a guerra como testemunha, e não como combatente, um espectador cada vez mais enfurecido”, refere a certa altura no livro.

A Grande Guerra pela Civilização é a obra maior do autor e procura condensar, em mais de 1200 páginas (na edição portuguesa, com tamanho de letra demasiado pequeno), 30 anos de linha da frente, numa escrita furiosa, mas lenta (ao velho jeito de *slow journalism*), entre a reportagem e a crónica, que fica na história do jornalismo – e da civilização – como testemunho importante à margem das grandes narrativas da história. Fisk rejeitava o rótulo de “correspondente de guerra”, porque, segundo explicava, foi a história que condenou o Médio Oriente à guerra, e não o jornalismo.

No seu trabalho, procurou sempre “vigiar os centros de poder”, como a jornalista israelita e amiga

de longa data, Amira Hass, lhe dizia, procurando sempre outras vozes, fora de Bagdade ou Cabul, e muito menos das zonas de segurança onde se concentravam os repórteres estrangeiros (Fisk chamava-lhes “jornalistas de hotel”). É daí que advém muita da sua originalidade. Por causa disso, colocou a vida várias vezes em risco, tendo sido perseguido e sequestrado. É também conhecido como o jornalista que entrevistou Ossama Bin Laden (por três vezes), antes e após o 11 de Setembro, que viria a configurar uma nova era de relacionamento dos EUA (e Europa) com o Médio Oriente.

Fisk morreu em 2020, mas felizmente deixou-nos este livro. O que diria hoje sobre o nosso mundo? Aquando da invasão russa da Ucrânia, ouvimos muitos peritos defender que se estava a instaurar uma “nova ordem mundial”. Fisk, desde a Guerra do Golfo de 1991, que nos seus cadernos registava justamente essa expressão – “uma nova ordem mundial” –, sempre seguida de um ponto de interrogação. Como dizia Mark Twain, a história não se repete, mas muitas vezes rima, e neste livro conseguimos ouvir esses ecos – de Beirute, a Gaza, passando por Cabul ou Kandahar.

# Conselho Editorial

ALEXANDRE ABREU

Economista, licenciado e mestre pelo ISEG (ULisboa) e doutorado pela SOAS (U. Londres). É professor no ISEG, faz parte da coordenação do Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento e integra a direção do CEsa - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Foi ODI Fellow em Timor-Leste (2013-15), assessor do Ministério das Finanças de Timor-Leste (2015-16) e consultor do Secretariado do g7+ (2016-18).

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (1998/03). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervéem desde a década de 80 na cooperação não governamental para o desenvolvimento, em particular com organizações dos países de língua oficial portuguesa. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

# Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em França e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). [alaincorbel-cos.blogspot.com](http://alaincorbel-cos.blogspot.com) / [noticiasdoquelele.blogspot.com](http://noticiasdoquelele.blogspot.com)

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na TVS, foi jornalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses

e Brasileiros pelo *King's College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais,

educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente caboverdiano. Fundador do M\_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

MARIA ELEONORA RABÉLLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de

Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do *Archivio Memorie Migranti* de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou.

Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (Uni-SA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao género, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interesse académico. É ainda membro do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da elaboração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e ne-

gociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro “Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento” e co-autor do “Manual de Procurement Internacional”, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

## Curadoria de BD

PEDRO MOURA

É crítico, argumentista e investigador de banda desenhada. O seu livro *Visualising Small Traumas. Contemporary Portuguese Comics at the Intersection of Everyday Trauma* foi publicado este ano pela Leuven University Press. É co-fundador da Tinta nos Nervos e é um terço dos Três Graus de Carequice.

## Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). [www.anagrave.com](http://www.anagrave.com)

# Ficha técnica

## Conselho Editorial

Alexandre Abreu  
Ana Filipa Oliveira  
Carlos Sangreman  
Fátima Proença

## Conselho Consultivo

Alain Corbel  
António Tomás  
Conceição Lima  
Carmeliza Rosário  
Geraldo Martins  
Leão Lopes  
Maria Eleonora Rabêllo  
Livia Apa  
Maria Manuel Mota  
Marina Costa Lobo  
Mário Silva  
Mónica Costa  
João Simão  
Paula Barros  
Ricardo Soares de Oliveira  
Rui Miguel Santos  
Sofia Santos

## Foto da capa

Lalo de Almeida, Muro  
EUA / México

## Concepção gráfica

Ana Grave

## Paginação

Inês Lourinho Silva

## Periodicidade

Revista Semestral

## ISSN

2184-1926

## Promotores

ACEP - Associação para  
a Cooperação Entre os  
Povos  
CEsA - Centro de Estudos  
sobre África e Desenvol-  
vimento

## Apoios

Esta publicação é finan-  
ciada por fundos nacionais  
através do Camões - Ins-  
tituto da Cooperação e da  
Língua e da FCT – Funda-  
ção para a Ciência e a  
Tecnologia, I.P., no âmbi-  
to do projeto Estratégico  
UIDB/04521/2020

## Disclaimer

O conteúdo desta publica-  
ção é da responsabilidade  
exclusiva dos promotores  
e autores e em nenhum  
caso pode considerar-se  
como reflectindo o ponto  
de vista dos financiadores.

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, “Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação” quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

uma iniciativa

**acep**

**ceia** CENTRO DE ESTUDOS SOBRE  
ÁFRICA E DESENVOLVIMENTO  
1982 - 1ª PRÉMIAÇÃO DE LULOS

apoio

**C** CAMÕES  
INSTITUTO  
DA COOPERAÇÃO  
E DA LINGUA  
**PORTUGAL**  
www.observatorioportugal.org

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia